

10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

Área temática:
Eleições e Representação Política

**Alianças partidárias nos estados brasileiros:
das coligações às coalizões de governo (1986-2010)**

Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas
Professor Adjunto – Universidade Federal do Piauí
vitorsandes@ufpi.edu.br

Belo Horizonte, MG
30 de agosto a 2 de setembro de 2016

**Alianças partidárias nos estados brasileiros:
das coligações às coalizões de governo (1986-2010)**

Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas (UFPI)

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a lógica de composição de alianças partidárias nos estados brasileiros, no período de 1986 a 2010, tendo como foco de análise quatro estados: Piauí, Ceará, São Paulo e Rondônia. Esta pesquisa que deu origem a este artigo buscou compreender como os partidos políticos têm se articulado nos estados brasileiros para a formação de alianças eleitorais e de governo no atual regime democrático. A maior parte da literatura que trata sobre política estadual tem utilizado o argumento de Lima Júnior (1983; 1997) para afirmar que os estados brasileiros possuem dinâmicas políticas particulares e diferenciadas entre si, operando, nesses contextos, “racionalidades políticas contextuais” próprias de cada estado. No entanto, uma vertente mais recente de estudos aponta para uma tendência crescente de alinhamento entre o nível presidencial e estadual de disputas eleitorais, principalmente a partir das eleições gerais de 1994, levando à “presidencialização da competição eleitoral”. Isso teria ocorrido a partir da influência da dinâmica bipolarizada de disputas nos pleitos presidenciais entre PT e PSDB sobre as estratégias aliancistas nas eleições para governador nos estados brasileiros. Os achados da pesquisa apontaram para duas conclusões. Primeiramente, as arenas eleitorais dos estados têm sido, cada vez mais, impactadas pela “presidencialização” da competição, a partir de 1994, diante da estratégia de coordenação de candidaturas por PT e PSDB, limitando os alcances da tese de Lima Júnior para o período em análise neste trabalho. Já quanto às alianças partidárias no âmbito do governo, a tese de Lima Júnior tem maior poder explicativo, pois a dinâmica política na arena governamental estadual permite que os partidos se aliem seguindo os ditames particulares da política do estado, favorecendo acordos que contemplem interesses políticos contextuais.

Palavras-chave: coligações; coalizões; política estadual; Partido dos Trabalhadores (PT); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); racionalidade política contextual; presidencialização da competição eleitoral.

1. Introdução

Esta pesquisa buscou analisar a lógica de composição de alianças partidárias nos estados brasileiros, no período de 1986 a 2010.¹ O foco principal da pesquisa foi analisar a relação entre as dinâmicas eleitorais estaduais e a nacional, verificando se os atores políticos estaduais, de fato, têm passado a se orientar cada vez mais segundo as estratégias aliancistas dos partidos no nível nacional. Para isso, o trabalho buscou conectar duas literaturas que têm tido pouca convergência no Brasil: a que trata da arena eleitoral (coligações e coordenação eleitoral) e outra acerca da arena governamental (coalizões de governo).

O direcionamento da pesquisa, nesse sentido, justifica-se pelo fato de uma parte da literatura da Ciência Política brasileira apontar para um processo de presidencialização da competição eleitoral a partir das eleições gerais de 1994, em que a dinâmica das eleições presidenciais bipolarizada entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) tem influenciado a estratégia coligacionista nos estados brasileiros (BRAGA, 2006; CORTEZ, 2009; LIMONGI; CORTEZ, 2010; MELO, 2007; MELO; CÂMARA, 2012; MENEGUELLO, 2010). Com este processo, os atores políticos, ao estabelecer alianças eleitorais, não estariam se baseando apenas em motivações regionais e locais. Isso contrariaria a tese de Lima Júnior (1983; 1997) de que existiriam “racionalidades políticas contextuais” nos estados que explicariam a ação dos partidos no nível estadual. Esta pesquisa, portanto, buscou compreender sob qual lógica operaram as dinâmicas políticas estaduais no período em análise.

Assim sendo, são dois os objetivos específicos centrais desta pesquisa: 1) dimensionar a influência do processo de “presidencialização da competição política” na montagem de coligações nos estados brasileiros pós-1994; e 2) verificar em que medida os governadores têm respondido à dinâmica nacionalizada da competição eleitoral e/ou seguido a “racionalidade política contextual” no processo de formação de governos partidários.

Assim, para compreender como os partidos políticos têm se articulado e atuado nos estados brasileiros, deve-se olhar não somente para a arena eleitoral, mas também para arena governamental e, conseqüentemente, para a relação que pode existir entre os acordos traçados em ambas as arenas. Dessa forma, esta pesquisa se concentra na análise de dois aspectos da política estadual que se relacionam entre si: 1) a arena eleitoral, analisando a composição das coligações, além do desempenho eleitoral dos partidos nos estados; e 2) a distribuição de cargos de primeiro escalão (Secretarias de Estado) aos partidos aliados ao governador.

Um dos problemas da literatura que aborda a temática é que há a ausência de indicadores que meçam o quão “presidencializada” é uma disputa eleitoral. Portanto, para resolver esse problema foi criada uma variável que incorporou múltiplos níveis ou graus de “presidencialização”. O indicador criado quantifica a intensidade com que as disputas eleitorais estabelecidas ao nível presidencial se reproduzem nas eleições para governador nos estados brasileiros (candidaturas e coligações). O índice é a variável dependente do modelo, que tem variação de 0 a 1, e tem como objetivo medir a capacidade que PT e PSDB têm de coordenar as disputas eleitorais estaduais de tal forma que conseguem afetar as alianças entre partidos nas eleições para governador.

Para compor o indicador, foram definidas algumas condições para verificar a existência ou não de disputas estaduais presidencializadas, a partir dos elementos apresentados pela literatura que discute o tema, que, em linhas gerais, define os dois polos de disputa presidencial, como: de um lado, o PT aliado ao PSB e ao PC do B, e, do outro, o PSDB aliado ao PFL/DEM. Os dados utilizados para a composição do índice foram os referentes às coligações eleitorais para as eleições para governador nos estados brasileiros no período de 1986 a 2010.

O modelo de análise proposto possui a “presidencialização” como variável dependente e duas variáveis independentes principais: tamanho do eleitorado e dispersão do poder. Segundo o modelo proposto, para haver presidencialização o custo do acordo entre os atores nos dois níveis de disputa (nacional e estadual) deve ser menor do que o benefício que o alinhamento pode trazer aos atores nas eleições estaduais e presidenciais. Logo, a variável explicativa “tamanho do eleitorado” pode ser definida como *proxy* para benefício e “dispersão de poder” pode ser definida como *proxy* para custo, medida a partir do Número Efetivo de Partidos (NEP) das Assembleias Legislativas nas eleições anteriores ao pleito em análise. Outras variáveis foram inseridas ao modelo (força estadual do PT, PSDB e PMDB).

¹ Este artigo apresenta, de forma sumarizada, os resultados da tese de Doutorado desenvolvida durante o Doutorado em Ciência Política na UNICAMP (no período 2011-2015), realizado com recursos da FAPESP, processo n. 2011/11543-0, sob orientação da Professora Dr^a. Rachel Meneguello.

Embora a presidencialização seja um fenômeno de caráter nacional, ela impacta de forma particular em cada contexto, devido às condicionantes históricas regionais. Por isso, uma das alternativas ao uso das técnicas estatísticas convencionalmente utilizadas para avaliar fenômenos multi-causais é a aplicação de um método que contemple os aspectos quantitativos sem perder de vista os elementos qualitativos dos casos, ou seja, dos arranjos político-partidários particulares dos estados. Por esse motivo é que se optou pelo uso de outra técnica de análise de dados adequada para este caso: a *Qualitative Comparative Analysis* (QCA), mais especificamente da análise *fuzzy-set* proposta por Ragin (2000), QCA é um método que funciona melhor quando complementado por estudos de casos que focam sobre a qualidade causal da solução e de seus termos apresentados. O método possibilitou, assim, a análise detida de alguns casos, incluindo dados sobre o perfil partidário dos gabinetes estaduais (secretariado). Foram escolhidos, dessa forma, São Paulo e Ceará, como casos típicos (confirmados pela teoria), e Piauí e Rondônia, como casos desviantes (em que a teoria não conseguiu explicar os *outcomes* encontrados).

O artigo foi estruturado, portanto, em duas partes. A primeira parte tratará de questões teóricas que norteiam o trabalho, focando, em primeiro lugar, nos aspectos que estruturam o processo de estabelecimento de alianças pelos atores políticos, tanto na arena eleitoral quanto na arena governamental, e, posteriormente, trata das questões específicas do caso brasileiro, em específico na polarização das disputas eleitorais presidenciais a partir de 1994, tendo de um lado, o PT, e do outro, o PSDB, e como o processo de coordenação eleitoral dos dois partidos possibilita maior estreitamento entre os dois níveis de disputa eleitoral nas eleições nacional (presidencial e estadual). A segunda parte contemplará os testes para verificar em que medida os estados seguem a lógica nacional e as possíveis razões desse processo. Por fim, será apresentado, de forma sumariada, os principais achados acerca dos casos analisados (Piauí, Rondônia, São Paulo e Ceará).

2. Estrutura da competição, coordenação eleitoral e conexão entre arenas

Os partidos se associam, formalmente, em dois momentos: na arena eleitoral e na arena governamental. Na primeira, os partidos participam de coligações tendo em vista potencializar o desempenho da candidatura, visando recompensas eleitorais (votos para seus candidatos) ou pós-eleitorais (cargos e/ou políticas). Na segunda, os partidos buscam concretizar sua entrada no governo a partir da participação na coalizão governamental. A primeira parte discute os aspectos relacionados aos condicionantes das coligações eleitorais, principalmente em contextos políticos multiníveis (eleições que ocorrem simultaneamente no nível nacional e estadual), como o caso brasileiro, e a segunda apresenta o debate acerca da formação de governos partidários, ou seja, das alianças que geram a formação de coalizões de governo. Essas reflexões serão fundamentais para o entendimento da lógica de alianças partidárias estaduais no Brasil.

Para analisar a racionalidade dos atores políticos na arena eleitoral, deve-se levar em conta o impacto do sistema eleitoral sobre a forma como os partidos se associam nas eleições. O sistema eleitoral estabelece como os votos são transformados em cadeiras, influenciando diretamente no cálculo dos atores políticos, pois os condicionantes impostos pelo sistema impactam no seu desempenho individual e do seu partido. Dependendo do sistema e das regras eleitorais, as estratégias coligacionistas podem ser utilizadas como forma de se potencializar o desempenho eleitoral.

No caso brasileiro, o sistema eleitoral proporcional é estabelecido para a escolha de parlamentares – deputados (federais e estaduais), além dos vereadores, no nível municipal – e o modelo majoritário, para escolha de chefes do Executivo nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e para o Senado (representação dos estados no nível federal). Sendo assim, há a combinação dos dois tipos de representação, a qual gera dois efeitos nas estratégias dos atores políticos: se nas disputas majoritárias há a redução do número de opções, nas disputas proporcionais, há a ampliação e possibilidade de representação de vários partidos. Esse tipo de representação, combinado com o multipartidarismo e com o sistema distrital plurinominal, possibilita a ampliação da fragmentação partidária.

Assim, existem duas tendências em modelos como o caso brasileiro: uma tendência à redução do número de candidaturas competitivas (majoritário) e a aquela em que há possibilidade de entrada de múltiplos partidos (sistema proporcional e distritos plurinominais). Com isso, os possíveis impactos dos sistemas eleitorais sobre os sistemas partidários levam sistemas majoritários ao bipartidarismo e os proporcionais com alta magnitude ao multipartidarismo (DUVERGER, 1970).

No caso brasileiro, o sistema permite as duas tendências ocorrendo de forma simultânea. Nas disputas majoritárias, tende-se à redução das opções para dois ou três partidos e, nas disputas proporcionais, à competição multipartidária. Aliado a isso, o sistema eleitoral brasileiro tem outra particularidade: utiliza a lista preferencial de lista aberta,

em que os eleitores podem escolher qualquer candidato da lista definida pelos partidos, estabelecendo o ordenamento da lista a partir do número de votos obtido por cada candidato.

A combinação entre os dois modelos de escolha de representantes leva à diminuição de candidaturas competitivas nos pleitos para o Executivo, o que torna a competição mais controlável para os maiores partidos. Por outro lado, esses pleiteantes precisam estar ancorados nos múltiplos partidos que compõem os cargos proporcionais, passando a ter maior suporte eleitoral. Logo, podem se coligar formalmente na arena eleitoral (coligações eleitorais) e podem construir acordos verticais com outros partidos, quando há eleições no nível nacional e subnacional simultaneamente (coordenação eleitoral).

Assim sendo, em sistemas eleitorais como o brasileiro, em que o maior prêmio eleitoral é a conquista do cargo Executivo, principalmente a presidência da República, a disputa tende a ser coordenada pelos partidos com maior potencial competitivo que se colocam na disputa. Em torno deles, partidos aliados nos estados, tanto formalmente quanto informalmente, dão suporte político nos distritos eleitorais onde ocorrem os pleitos estaduais. Além do acesso a recursos do poder, da maior capacidade de distribuição de cargos e da potencialização do desenvolvimento da agremiação partidária, o posto presidencial também pode ser encarado como importante lócus de desenvolvimento de políticas.

As eleições presidenciais, pela sua centralidade, condicionam as estratégias dos grandes partidos. Essas podem ser de dois tipos: de maioria simples (eleições em um turno, em que o mais bem votado é eleito) e de maioria absoluta (eleições de dois turnos, cujo segundo turno somente ocorre quando o candidato mais bem votado não atinge mais de 50% dos votos válidos). Eleições de dois turnos tendem a elevar o lançamento de candidaturas, ainda que a possibilidade de se fazer coligações possibilite a agregação de partidos em amplas alianças eleitorais, quando são permitidas, como no caso brasileiro. A agregação do apoio em torno das candidaturas mais competitivas ocorre em sistemas políticos centrados na presidência, que faz com que os partidos pensem esse cargo como a maior recompensa política em jogo.

Para aqueles partidos que não possuem pretensão de ocupar o posto da Presidência, cabe participar das coligações eleitorais, favorecidos pelo poder de barganha que possuem, devido à grande fragmentação partidária que o sistema eleitoral brasileiro possibilita graças à escolha dos deputados via modelo proporcional, com distritos com magnitude relativamente alta e lista preferencial aberta.

Além dos impactos do sistema eleitoral, outras regras eleitorais podem influenciar no cálculo dos atores políticos, como aquelas que regulam as campanhas eleitorais, a propaganda política etc (FARRELL, 2001). No caso brasileiro, duas regras eleitorais são importantes para analisar a dinâmica eleitoral no atual contexto democrático: a coligação eleitoral entre os partidos e o “casamento” das eleições nacionais e estaduais, ou seja, a simultaneidade entre os pleitos nos dois níveis (desde 1994).²

No caso das eleições “casadas”, elas possibilitam a construção de estratégias eleitorais em dois níveis de governo (nacional e subnacional), levando os partidos mais competitivos nas disputas presidenciais a negociarem apoios nos estados, o que permite a inserção de novos atores políticos nas estratégias políticas dos partidos que buscam a Presidência. Eleições que ocorrem simultaneamente possibilitam maior atrelamento entre as dinâmicas nacional e estaduais, pois os partidos tendem a lançar mão de estratégias de coordenação eleitoral, que articulam as candidaturas nos diferentes níveis, incrementando as chances dos partidos de vencerem eleições para o governo central.

Segundo Cox (1997; 1999), o sucesso da coordenação eleitoral envolve a redução no número de competidores. Um dos fatores que funcionam como incentivos institucionais para tal processo são as instituições eleitorais, já discutidas acima. Elas fornecem a estrutura da competição e possibilitam que as elites se mobilizem, sob plataformas políticas, de tal forma a direcionar a preferência dos eleitores. Para isso, tendem a agregar forças e minimizar grupos alternativos que possam apresentar plataformas políticas similares.

No entanto, o incentivo à coordenação depende do grau de centralização vertical da autoridade no nível federal frente ao estadual e da centralização horizontal do Executivo frente ao Legislativo (HICKEN; STOLL, 2008). Isso definirá o tamanho do prêmio presidencial, levando os principais partidos nacionais a buscarem a presidência. No caso das eleições presidenciais brasileiras, como o prêmio é alto (o nível de autoridade do Executivo federal é alta) e o número de vagas em disputa é pequeno (uma, apenas), o custo da viabilização de uma candidatura competitiva para os atores políticos é relativamente alto. Assim, há a redução do número de competidores, o que permite a coordenação estratégica dos atores, ou

² As eleições municipais para o cargo de prefeito e vereador não ocorrem no mesmo período do pleito presidencial e estadual. Ocorrem dois anos após às eleições nacionais.

seja, os partidos passam a avaliar a melhor decisão a ser tomada: entrar ou sair da disputa e se associar ou não a outros partidos.

Dessa maneira, à medida que os atores políticos competitivos se posicionam eficientemente frente ao eleitorado, conseguem reduzir as opções viáveis eleitoralmente. Com eleições alinhadas, ou “casadas”, como no caso brasileiro, a proposição de Cox (1997; 1999) é útil para compreender o caso brasileiro. Sendo os partidos nacionais e não locais, esses tendem a construir estratégias eleitorais tendo em vista a conquista do maior prêmio em disputa nas eleições nacionais: a presidência. Sendo assim, as eleições presidenciais são o fio condutor da política nacional, orientando as plataformas políticas, as estratégias dos atores estaduais e, sobretudo, a preferência do eleitor que tende a escolher a melhor opção política entre aquelas colocadas no jogo eleitoral.

Em um sistema multipartidário com eleições de caráter majoritário para o Executivo, como o caso brasileiro, os partidos mais competitivos são levados a montar bases de apoio a partir dos partidos aliados. Com isso, há a diminuição do número de opções eleitoralmente viáveis e os atores políticos estaduais passam a se atrelar a essas candidaturas nos pleitos subnacionais. Assim, as alianças eleitorais, as coligações, são formadas quando determinados candidatos optam por ter o apoio formal de outros partidos para potencializar sua força eleitoral. Já os partidos que participam das alianças buscam garantir apoio para suas candidaturas (quando em uma mesma eleição há mais um cargo em disputa, como no caso das eleições nacionais brasileiras) e também obter cargos na administração pública no momento posterior às eleições. Logo, pequenas agremiações partidárias, com poucas chances de obter vitória para o Executivo, podem ampliar suas chances de conseguir cargos governamentais. Além disso, as coligações podem fortalecer os laços entre os partidos visando outras eleições.

Segundo esse argumento, Golder (2006) afirma que os acordos pré-eleitorais são fundamentais para os propósitos dos partidos políticos. É a partir deles que os partidos podem entrar em um governo e, por consequência, que um governo é formado, desde que tenha alguma compatibilidade na plataforma programática governamental. A contribuição de Golder para esse debate é relevante, pois ela considera uma parte da racionalidade dos atores pouco discutida na literatura: a relação entre coligações eleitorais e coalizões de governo.

O foco nessa relação coligação-coalizão se justifica porque os partidos podem optar por formar coligações esperando participar do governo posteriormente. Sendo assim, a possibilidade de os partidos se associarem formalmente na arena eleitoral influencia as estratégias das agremiações. As alianças, sobretudo, possuem uma motivação pragmática para os partidos: eles precisam dos recursos do poder para manterem a organização (KATZ; MAIR, 1995).

Assim sendo, destaca-se a importância de se analisar, de forma conjunta, a dinâmica eleitoral e as motivações que levam os atores políticos a se associarem a determinados partidos nos pleitos eletivos e, posteriormente, o processo de formação de governos e, conseqüentemente, a lógica de distribuição de cargos a aliados.

3. O caso brasileiro: polarização das disputas e coordenação eleitoral

O regime democrático brasileiro apresenta-se estável, e o Executivo não tem tido problemas em relação à governabilidade. Ademais, partidos têm se mostrado fundamentais, seja na arena eleitoral (na seleção de candidatos e na construção de alianças e coligações) ou na arena governamental (na ocupação de cargos da Administração Pública e na participação nas coalizões de governo). Além das instituições funcionarem e do regime democrático ser estável, os partidos são centrais no sistema político brasileiro.

Apesar da grande quantidade de partidos com representação no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas, nas eleições presidenciais, desde 1994, apenas dois têm apresentado candidaturas suficientemente competitivas a ponto de conquistar a parcela majoritária da população: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Esses partidos surgiram em momentos diferentes, diante da flexibilidade garantida pela legislação para a organização de partidos, e tiveram, em seus programas, projetos políticos de caráter nacional.

O PT foi criado em 1980 e tem sua formação oriunda do movimento sindical e de segmentos populares apoiados por uma parcela da Igreja Católica, sendo um caso raro de partido criado de baixo para cima no Brasil (MENEGUELLO, 1989; SCHMITT, 2000). Desde sua criação, o partido apresentou forte vinculação com os movimentos sociais, visando à ampliação dos direitos e garantias aos trabalhadores, e marcou posição na esquerda do espectro ideológico. Como afirma Meneguello (1989, p. 36), o PT foi, no plano organizacional, o primeiro partido de massas brasileiro, dentre tantas características, teve origem extraparlamentar, de caráter societário, e possuía uma proposta de inserção da classe trabalhadora

no sistema político. O partido, seguindo uma linha à esquerda, “tinha por objetivos centrais inserir a classe trabalhadora e suas demandas no cenário político-institucional brasileiro” (AMARAL, 2003, P. 39). A partir de Amaral (2003, p. 57), entende-se que a afirmação do partido no cenário político brasileiro e sua presença como ator político significativo nas eleições presidenciais, a partir de 1989, se deu, em grande medida, pela disposição de representar os interesses dos trabalhadores e dos pobres, pelo seu funcionamento, com democracia interna e responsabilidade por seus atos perante seus membros. Esses elementos foram centrais para tornar o partido uma novidade no cenário político do país.

O PT cresceu com a ampliação do discurso eleitoral, ganhando votos em diversas camadas sociais. Já a partir de 1988 e 1989, o partido passou por um processo de nacionalização e interiorização, ampliando as bases eleitorais petistas, o que repercutiu, nas eleições de 1990 e 1992, com o crescimento do número de deputados federais e estaduais eleitos (AMARAL, 2003, p. 103-105). A busca por maior espaço no cenário político nacional levou também o PT a ampliar o leque de alianças com outros partidos. Houve mudanças no programa petista ao longo da década de 1990, como destaca Amaral (2003, p. 155). O PT abandonou o discurso classista, passando a dar pouca ênfase às posições ideológicas, como o socialismo, para exaltar a capacidade do partido de resolver problemas mais concretos da população. Este processo de “desideologização” do programa petista segue uma linha similar ao que ocorreu com os partidos de massa europeus, especialmente o alemão.

A ascensão do PT à Presidência da República se deu em 2002, depois de ter sido derrotado três vezes por coalizões partidárias à direita. Conforme Amaral (2003, p. 164), alguns fatores contribuíram para a ascensão do partido ao poder nas eleições presidenciais de 2002, quais sejam, “a crise econômica dos últimos anos do governo FHC e o fim da aliança de centro-direita que lhe dava sustentação, a inflexão petista para o centro, a aproximação do partido a setores tradicionalmente refratários ao seu discurso e a sua profissionalização”. Depois desse processo de flexibilização do programa de governo petista e de sua adesão a coligações mais flexíveis, o partido elegeu dois presidentes para três mandatos: Luís Inácio Lula da Silva, eleito em 2002 e reeleito em 2006, e Dilma Rousseff, eleita em 2010. Mesmo com a guinada ao centro, o partido convive com “duas almas”, como diria Singer (2010): uma de matriz socialista e outra que possibilitou a flexibilização das alianças e do programa, portanto, ainda à esquerda do espectro ideológico.

Já o PSDB surgiu em 1988 como uma dissidência de uma ala de parlamentares do PMDB que se autodenominava como a mais progressista do partido, diferenciando-se do governo do peemedebista José Sarney e de sua base de sustentação baseada no PMDB e no PFL (ROMA, 2002). Posteriormente, o partido foi evidenciando sua proposta programática, expondo-a de modo mais claro a partir de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, venceu o pleito eleitoral e assumiu a Presidência da República com uma agenda política de centro-direita, tendo como principais partidos aliados na coalizão PMDB e PFL. O peessedebista foi reeleito em 1998, após promulgação da Emenda Constitucional nº 16, em 4 de junho de 1997, que garantiu ao Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal e aos Prefeitos a possibilidade de pleitear a recondução ao cargo para um único período subsequente.

Apesar de ter reivindicado a identidade da social-democracia europeia para si, o PSDB “não nasceu vinculado a movimentos trabalhistas, é um partido de notáveis, originado a partir da cisão do PMDB e por dissidentes de outros partidos e seu programa é distinto do programa apresentado por partidos social-democratas europeus” (VIEIRA, 2012, P. 171). Além dessas diferenças em relação aos partidos social-democratas europeus, o PSDB passou por transformações na forma como se apresentava para o eleitorado. Em 1988, nas palavras de Power (2003, p. 240), “o partido começava a vida defendendo o parlamentarismo, o aprofundamento da democracia e uma política redistributiva”. Depois de ascender ao poder em 1994, o partido adotou uma série de políticas orientadas para o mercado, o que o levou à rotulação dos governos peessedebistas de “neoliberal” (POWER, 2003, P. 225). O partido, então, sofreu uma quinada à direita, já em 1994, enquanto o PT se mantinha forte à esquerda. Juntamente com o PFL, o PSDB formou a coalizão que dava sustentação ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Juntamente com o PPB, o governo chegou a obter 75% do controle das cadeiras do Congresso.

O plano de estabilização monetária, iniciado por Fernando Henrique, nos tempos de Ministério da Fazenda no governo Itamar Franco, levou à estabilidade econômica, além da aliança eleitoral e governamental com o PFL, visando, respectivamente, a vitória nas eleições presidenciais em 1994 e a governabilidade a partir de 1995. Isso transformou as feições iniciais do partido, que o colocavam como de centro-esquerda. Dessa forma, a coalizão em torno do programa do PSDB ocupou a centro-direita do espectro ideológico, e as alianças partidárias do PT à esquerda e, posteriormente, à centro-esquerda.

Dessa forma, observa-se que, desde o início, PT e PSDB apresentaram diferenças em concepções básicas sobre a atuação do partido.³ Enquanto o PT teve uma origem externa, extraparlamentar, o PSDB foi criado, anos depois, por um grupo de parlamentares dissidentes do PMDB, ou seja, é um partido que já nasceu com alicerces fincados dentro do Congresso. Mesmo com origens diferentes, até antes de 1994, pensava-se em uma possível aliança PT-PSDB, apesar de nunca ter sido concretizada no plano nacional. No entanto, as origens e o perfil programático e aliancista de ambos os partidos os levaram a tomar caminhos diferentes (AMARAL, 2003).

A partir das eleições de 1994, as diferenças entre os dois partidos começaram a ficar mais evidentes, principalmente com o acirramento estabelecido entre as agremiações nas disputas presidenciais. A disputa eleitoral entre eles evidenciou diferenças programáticas entre os dois partidos. Nas eleições presidenciais de 1994, colocou-se, de um lado, a candidatura petista de Luiz Inácio Lula da Silva, principal opção à esquerda para o pleito, e, de outro, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, apoiado por setores conservadores, compondo uma coalizão junto ao PFL, um dos principais partidos brasileiros de direita naquele período. Os dois partidos apresentaram as principais plataformas de governo para o eleitorado e, desde então, têm dominado os pleitos eleitorais presidenciais. Essas agremiações se apresentam ao eleitorado brasileiro como as principais alternativas para as grandes questões nacionais (ECHEGARAY, 2007).

Essa digressão em torno das origens do PT e do PSDB, ainda que frise, de forma persistente, em aspectos amplamente tratados pela literatura sobre os dois partidos, é de fundamental importância para se pensar como as diferenciações da gênese das duas agremiações podem explicar as trajetórias tomadas por elas nas eleições presidenciais, a partir de 1994. Em termos estratégicos, os dois partidos têm se articulado nacionalmente buscando construir candidaturas nacionais. A polarização das disputas eleitorais em torno de PT e PSDB e, conseqüentemente, o efeito de coordenação de candidaturas juntamente com as eleições estaduais tem como marco as eleições de 1994. Antes disso, houve apenas uma eleição direta para a Presidência, em 1989. Nesse pleito, ambos os partidos saíram derrotados para o candidato do PRN, Fernando Collor. No primeiro turno, as candidaturas do PT e do PSDB obtiveram apenas 28,7% dos votos válidos, no total de 21 pleiteantes. A mudança ocorreu em 1994, quando ocorreram as primeiras “eleições casadas” no novo contexto democrático, onde seriam escolhidos o Presidente da República, Governadores, Deputados federais e estaduais, além de 2/3 dos senadores do Congresso. Nessas eleições, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, foi eleito, em um pleito que contava com oito candidatos no total (número substancialmente menor do que da “eleição solteira” de 1989). Em 1994, as candidaturas de PT e PSDB obtiveram 81,3% dos votos válidos, uma proporção quase três vezes maior do que o percentual de votos obtidos pelos dois partidos no pleito anterior.

Nas eleições seguintes, ambos os partidos continuaram a controlar a maioria dos votos. Obtiveram 84,8% em 1998, 69,6% em 2002, 90,2% em 2006, e 79,5% em 2010. Assim, a eleição de 1994 pode ser considerada o principal momento de mudança no cenário político nacional no atual período democrático. Desde então, a dinâmica eleitoral se centrou entre PT e PSDB, que passaram a concentrar os votos nos pleitos para presidente, apesar de existirem partidos com bancada expressiva na Câmara Federal e com pesos importantes nos cenários políticos regionais e locais, como PMDB, PFL/DEM, PSB, PP, dentre outros.

No caso do PMDB, mesmo possuindo grande força política nos estados e no Congresso, suas características organizacionais não viabilizaram sua participação, de forma competitiva, nas disputas presidenciais. As condições internas da organização, herdadas do MDB, forçou a agremiação a unir diversas lideranças políticas regionais que não teriam disposição a convergir politicamente. As disputas entre essas lideranças e, conseqüentemente, a dificuldade de se posicionar programaticamente, além do grande desgaste político sofrido durante o governo Sarney, levou a fracos desempenhos eleitorais nos pleitos presidenciais de 1989 e 1994. Com isso, o PMDB passou a ser de uma agremiação com pretensões nacionais, durante a década de 1980, a um partido com vocação regional e governista, participando dos pleitos presidenciais como coadjuvante, mas sendo peça-chave na condução da governabilidade no nível federal (BIZZARRO-NETO, 2013; FERREIRA, 2002; MACIEL, 2014).

Assim sendo, PT e PSDB tem concentrado a maior parte do porcentual de votos desde 1994.⁴ Apesar do multipartidarismo e da fragmentação partidária, a estabilidade da competição eleitoral entre os dois partidos mostra que o

³ Em um encontro realizado em 18 de agosto de 1979, no processo de gestação do PT, Fernando Henrique Cardoso discordou da plataforma do partido, o qual optou por ter autonomia em relação aos parlamentares (AMARAL, 2003, p. 33).

⁴ Apesar da força de outras organizações partidárias que conseguem, por vezes, parcela significativa da preferência eleitoral, impossibilitando a decisão no primeiro turno, PT e PSDB têm controlado a parcela majoritária dos votos nos pleitos presidenciais. Nas eleições de 2006, Anthony Garotinho (PSB) obteve 17,9% dos votos e Ciro Gomes (PPS), 12%. Em 2010,

eleitorado tem definido as alternativas políticas ao longo do tempo, ou seja, a preferência eleitoral passou a ter um determinado padrão, desde 1994. Como afirmam Lipset e Rokkan (1967), para compreender os alinhamentos dos eleitores que sustentam a disputa entre os partidos, é necessário entender as variações na sequência de alternativas definidas por eles. Os partidos não apenas se apresentam a cada eleição para os eleitores, mas carregam consigo sua história. Por isso a importância de se compreender como a competição eleitoral tem sido estruturada, de modo a perceber como e por que uma determinada disputa foi estabelecida e continua a ser sustentada ao longo do tempo.

Como destaca Mair (1997, p. 14), determinados sistemas partidários tendem a girar em torno de uma estrutura de concorrência específica, consolidada ao longo de várias disputas eleitorais e políticas, que tendem a organizar a preferência do eleitorado nacional: na Grã-Bretanha, o conflito ocorre entre o partido Trabalhista e o Conservador; na França, a disputa é centrada entre esquerda e direita; na Suécia, entre os Sociais-democratas e o bloco burguês; na Irlanda do Norte, entre o Sindicalismo e o Nacionalismo; e na Irlanda, entre o *Fianna Fáil* e os demais partidos. No Brasil, PT e PSDB têm se apresentado, disputado e concentrado a maior parte da votação nas eleições presidenciais desde 1994. Essa mesma divisão política tem ocorrido em todo o sistema político brasileiro? Ou é uma dinâmica exclusiva das eleições presidenciais?

Para responder a estas perguntas, vale explicitar que no Brasil há um arranjo federativo que permite a emergência de duas esferas autônomas de poder, uma nacional e outra subnacional, as quais possibilitam o surgimento de diferenciadas dinâmicas político-eleitorais nos estados (WATTS, 1998; SOARES, 2007). Esse tipo de arranjo institucional permitiu o surgimento de interesses erguidos de acordo com as circunstâncias políticas regionais, que possibilitou o surgimento de “racionalidades políticas contextuais”, próprias de cada unidade territorial (LIMA JÚNIOR, 1983; 1997). A ideia de “racionalidade política contextual” considera que o comportamento partidário é condicionado pelo tempo e espaço político, ou seja, as condições de disputa levam ao surgimento de variabilidade das preferências eleitorais, considerando o nível de competição e o tamanho relativo do partido. Essas diferenças existem mesmo que o objetivo dos partidos seja a maximização do apoio eleitoral, pois o contexto modificará a forma como as organizações partidárias irão atuar (LIMA JÚNIOR, 1983, p. 33).

As “racionalidades políticas contextuais” seriam responsáveis por definir as alianças partidárias nos estados brasileiros. A racionalidade dos atores, portanto, não seria invariante, ou seja, não leva em conta o tempo e o escopo político. Nesse sentido, Lima Júnior discorda das visões de Gláucio Soares e de Maria do Carmo de Souza (sobre a proximidade ideológica da aliança entre os partidos e a maior tendência de partidos pequenos se coligarem em comparação aos grandes) quanto à formação de coligações, alegando que as conclusões dos autores “assumem implicitamente uma noção de racionalidade política invariante” (1983, p. 32). Para Lima Júnior, não se pode partir de uma concepção de racionalidade invariante. A racionalidade dos atores políticos é condicionada pelo tempo e espaço político. Para ele, a decisão de formar alianças seria “racional”, porque tem como objetivo a maximização do apoio eleitoral, e “contextual”, por ter sido tomada localmente, “à luz dos resultados da eleição prévia, e não de acordo com uma estratégia partidária nacional” (1983, p. 77). Para o autor, o determinante sobre a formação de uma aliança partidária é a força local relativa de um partido. Haveria, dessa forma, um descolamento da dinâmica política estadual e nacional.

Lima Júnior foca a atenção nos subsistemas partidários estaduais no período 1946-1964, quando grande parte das eleições estaduais não ocorriam no mesmo ano das eleições nacionais e, sobretudo, quando os partidos não possuíam a capacidade de coordenar as eleições estaduais, condicionando as alianças entre os partidos. Diferentemente do que Lima Júnior concluiu para o período 1946-1964, esta pesquisa tem encontrado evidências de que a racionalidade dos atores políticos estaduais leva em conta as movimentações partidárias no nível nacional, principalmente com a capacidade de PT e PSDB de organizar os pleitos presidenciais desde 1994. Os pressupostos da racionalidade exclusivamente contextual, a partir da análise realizada pelo autor no livro de 1983, não são suficientes para explicar a formação de coligações eleitorais no atual experimento democrático no Brasil.

A formação e o fortalecimento dos dois partidos no cenário nacional se deveram, primeiramente, às mudanças institucionais: flexibilização para a criação de partidos políticos em um ambiente de eleições livres e diretas e a possibilidade de se formar coligações eleitorais. Além disso, em 1994, houve a realização de “eleições casadas”, condição institucional que garantiu ao PT e ao PSDB a construção de candidaturas competitivas com linhas programáticas bem definidas e diferenciadas entre si, podendo lançar mão de estratégias nacionais para as candidaturas. A concomitância das eleições nacionais e

Marina Silva (PV) conquistou 19,3% dos votos. O bom desempenho desses candidatos foi responsável, em grande parte, pela realização do segundo turno em 2006 e 2010. Apesar disso, o segundo turno foi disputado, em ambas as eleições, por PT e PSDB.

estaduais provocou o lançamento de candidaturas presidenciais competitivas e atreladas aos pleitos estaduais. Houve, portanto, a convergência de aspectos institucionais e organizacionais dos partidos para que fosse possível a “presidencialização da competição eleitoral”, ou seja, a replicação da estrutura de competição estabelecida nas disputas presidenciais também nas eleições para os governos estaduais. Isso decorre de dois processos: por um lado, PT e PSDB precisam montar palanques estaduais e, por outro, as lideranças políticas regionais necessitam vincular suas candidaturas aos pleiteantes mais competitivos no nível nacional, principalmente com o advento das “eleições casadas”.

Desde 1994, a votação de PT e PSDB para presidente está razoavelmente bem distribuída em todas as regiões brasileiras (SANDES-FREITAS, 2015). Isso aponta o quão nacionalizado tem sido as candidaturas dos partidos e o quanto esses procuraram construir campanhas presidenciais atreladas às candidaturas nos estados dos seus próprios partidos ou de aliados.

Dessa forma, observa-se que, desde 1994, a disputa PT-PSDB tem ganhado estabilidade no plano nacional, gerando efeitos sobre a ação dos atores políticos nos estados, que paulatinamente tem passado a se orientar pelo modo como esses partidos se articulam estrategicamente no nível nacional (CORTEZ, 2009). De acordo com Cortez (2009), isso se trata do mecanismo de construção nacional das candidaturas pelos dois partidos, orientando as estratégias de montagem de coligações eleitorais. Isso reforça a argumentação de Melo (2010, p. 8) ao afirmar que as candidaturas no Brasil têm sido compostas com “a primazia da estratégia presidencial sobre a dinâmica local”.

A força de PT e PSDB nas eleições presidenciais decorre, em grande parte, da capacidade que esses partidos têm de coordenar a composição de coligações estabelecidas no momento pré-eleitoral. As estratégias nacionais traçadas por esses partidos incluem os estados, havendo, portanto, o condicionamento das estratégias dos atores políticos estaduais (CORTEZ, 2009; 2010). As lideranças dessas agremiações, assim, têm consciência de que as eleições nacionais dependem das estratégias traçadas nos estados, já que é nesse âmbito que os partidos podem mobilizar os eleitores e expor seu programa político localmente (VAN HOUTEN, 2009). Partidos como PT e PSDB, que têm pretensão de obter a vitória nas eleições presidenciais, dependem das estratégias traçadas nos estados, o que implica no trabalho de coordenação estratégica na montagem de alianças e coligações eleitorais.

Os dados mostram que PT e PSDB, em geral, colocam-se de lados opostos nas disputas eleitorais nos estados. Considerando a eleição de 1990 como a primeira em que PSDB concorreu a cargos eletivos, verifica-se que as diferenças entre os partidos já estavam postas, o que impedia, na maior parte dos casos, a formação de aliança entre os dois partidos nos estados.⁵ Naquele momento, as coligações em que participavam PT e PSDB não conseguiram fazer frente às forças políticas estaduais hegemônicas e tradicionais. O desempenho pouco expressivo de ambos os partidos nas disputas para os governos estaduais era um indício da ausência de uma estratégia nacional que alavancasse as candidaturas para os Executivos dos estados brasileiros. Foi somente a partir das eleições de 1994 que PT e PSDB passaram a conduzir as disputas eleitorais para a Presidência da República, gerando impactos nas dinâmicas eleitorais nos estados, principalmente quanto à ampliação da força eleitoral de PSDB e PT (ver Tabela 1).

TABELA 1 – DISPUTA ENTRE PT E PSDB NAS ELEIÇÕES PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS BRASILEIROS (1990-2010)

	1990	1994	1998	2002	2006	2010	TOTAL
Coligações PT vs. PSDB	22	20	23	21	22	27	134
Vitória de coligações com participação do PSDB	6	12	11	12	10	12	63
Vitória de coligações com participação do PT	-	4	5	4	7	13	33
Governadores eleitos do PSDB	1	6	7	7	5	8	34
Governadores eleitos do PT	-	2	3	3	6	5	19

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Meneguello (2010).

⁵ De 1990 a 2010, ocorreram seis pleitos para governador nos 27 estados brasileiros, ou seja, foram 162 disputas eleitorais. Desse total, houve 134 coligações que contavam com PT e PSDB de lados opostos, ou seja, em 82,7% dos casos. Em apenas sete casos, PT e PSDB participaram da mesma coligação: em 1990, no Amazonas, Amapá e Pará; em 1994, no Mato Grosso e em Santa Catarina; e, em 1998, no Acre e no Piauí.

É a partir de 1994 que se observa um crescimento da força eleitoral dos partidos nos cenários estaduais. PT e PSDB elegeram apenas um governador em 1990. Já nas eleições de 1994, ambos os partidos conquistaram oito governos estaduais, sendo seis governadores do PSDB e dois do PT. Em 1998 e 2002, o número de governadores eleitos pelos partidos foi de 10, passando para 11 em 2006, e 13 em 2010. Assim, desde 1994, o PT e o PSDB têm elegido parcela significativa dos governadores brasileiros.

PT e PSDB se fortaleceram à medida que foram ganhando mais postos eleitorais. A estratégia dos partidos de coordenação eleitoral de ambos, em um quadro institucional favorável, permitiu que essas organizações partidárias paulatinamente passassem a ser os dois pólos de referência da política nacional. A preponderância de ambos os partidos nas disputas eleitorais para a presidência é resultado da articulação de PT e PSDB com as candidaturas nos estados, construindo palanques nos diferentes distritos, o que potencializou suas forças eleitorais. Os demais partidos tendem a se agrupar em torno de um dos dois polos, através de coligações e alianças nos estados. Como afirma Cortez, “PT e PSDB reproduzem o conflito nacional nos diferentes distritos, ainda que nem sempre se façam presentes de forma direta nestas disputas” (CORTEZ, 2009: 17). Esse processo se construiu a partir do surgimento de efeitos institucionais incrementais ou cumulativos ao longo do tempo, permitindo que PT e PSDB se articulassem estrategicamente nas disputas à presidência e aos governos estaduais.

Assim, as estratégias eleitorais têm sido orientadas, cada vez mais, por PT e PSDB, que têm conduzido a formação de candidaturas nacionais e estaduais – ora governistas, ora oposicionistas. Com isso, as coligações nos estados têm sido conduzidas por dois processos relacionados entre si: 1) pela tradução do arranjo competitivo presidencial pelas coligações vencedoras nos estados (MENEGUELLO, 2010, p. 15); e 2) pela preponderância do Poder Executivo sobre a dinâmica das coligações estaduais, devido à concentração de poder nas mãos do governador, o que pode garantir aos partidos aliados a oportunidade de acesso aos recursos da máquina pública (KRAUSE, 2010, p. 14-15). A viabilidade de mudança eleitoral, nesse sentido, torna-se mais possível com a agregação das forças políticas oposicionistas em torno de amplas coligações, as quais, em geral, são pensadas nacionalmente.

Assim, os atores políticos estaduais têm sido, cada vez mais, constringidos pelas decisões tomadas pela cúpula dos partidos, principalmente de PT e PSDB. Como afirmam Melo e Câmara (2012), o “mecanismo de reprodução”, ou seja, a decisão dos partidos nos estados de se alinharem ao nível nacional, é encontrada na “ação dos petistas e tucanos”.

Dessa forma, por traçar estratégias próprias em cada estado, tendo em vista as candidaturas presidenciais, PT e PSDB tenderam a se coligar com diferentes partidos. Em 1990, o PT, além de ter se coligado com poucos partidos (cinco ao todo), ainda se associou mais a partidos de esquerda, como PCdoB, PSB, PCB e PDT. O PT começou a ampliar o número de aliados ao longo do tempo: em 1994, foram sete partidos; em 1998, quatorze; em 2002, dezessete; em 2006, dezoito; e em 2010, dezenove.

O PSDB, por outro lado, tem sido apoiado, em sua maioria, por partidos de centro e direita. Os maiores apoiadores de candidaturas peessedebistas são o DEM (ex-PFL), o PTB e do PP (ex-PPR e ex-PPB), além do PPS. As coligações das candidaturas do PSDB, a partir de 1994, passam a incorporar maior número de aliados. Em 1990, o partido fez alianças com dez partidos, mas não se coligou em oito candidaturas (61,5% do total). A partir de 1994, o partido passou a se coligar mais e a ampliar o leque de partidos participantes em suas coligações.

Ao longo dos anos, o PSDB passou a incorporar uma série de pequenas agremiações com apoiadores, assim como o PT. Mas, diferentemente deste, o PSDB, em geral, faz poucas alianças com partidos de esquerda. O principal aliado do PSDB tem sido o DEM (ex-PFL), que sempre tem estado à direita. A participação do PFL-DEM nas alianças com o PSDB tem aumentado, principalmente com seu enfraquecimento, seja na ocupação de cadeiras no Congresso ou na conquista de governos estaduais. Diferentemente do PSDB, o PFL-DEM nunca se aliou formalmente às candidaturas do PT aos governos estaduais.

Os incentivos institucionais e a ação estratégica de PT e PSDB nas disputas eleitorais presidenciais têm sido fundamentais para o condicionamento do comportamento das lideranças políticas estaduais a partir de 1994. Essas compreenderam a vinculação às candidaturas presidenciais como uma forma de aumentar o potencial eleitoral de suas candidaturas. Alinhando-se às candidaturas nacionais mais competitivas, foi possível que houvesse a agregação de mais partidos em amplas coligações eleitorais. Assim, mesmo com a variedade de coligações existentes nos estados, e com a presença de candidaturas de outros partidos, como o PMDB, é evidente que a estratégia traçada nas disputas presidenciais tem impactado nas dinâmicas eleitorais estaduais. Assim, não é que não exista mais uma racionalidade política contextual, mas

é que esta passou a ser impactada pela lógica de disputas eleitorais para a presidência, pondo em relevo o papel de PT e PSDB nos contextos estaduais.

4. Modelando e testando a “presidencialização”

Esta parte tem como objetivo explorar as alianças partidárias estaduais. A pergunta a ser respondida é: existem alianças partidárias nacionais fiadas a partir do processo de coordenação eleitoral estabelecido por PT e PSDB nos estados brasileiros? Para isso, será analisada a relação entre as alianças partidárias nacionais e as coligações eleitorais para a disputa de governador nos estados. Partindo disso, verificar-se-á em que medida a lógica bipolarizada nacional impacta sobre as estratégias eleitorais estaduais.

Tem-se como propósito nesta pesquisa testar duas teses: a das “racionalidades políticas (puramente) contextuais” e a da “presidencialização” da competição eleitoral no Brasil. Para a primeira, existiriam, no Brasil, subsistemas políticos estaduais completamente descolados do nacional. Já para a segunda, a partir de 1994, PT e PSDB têm organizado a competição eleitoral no Brasil a partir do processo de coordenação eleitoral, ou seja, de alinhamento das candidaturas para governador em torno de um polo ou outro.

Será apresentada uma proposta de modelo para a análise da “presidencialização”, ou seja, da capacidade que PT e PSDB têm de coordenar as disputas eleitorais estaduais de tal forma que conseguem afetar as alianças entre partidos nas eleições para governador. Isso parte da discussão realizada anteriormente sobre a convergência entre incentivos institucionais, que favorecerem o estreitamento das dinâmicas eleitorais nacionais e estaduais, e a opção estratégica de PT e PSDB, que observaram a necessidade de construir candidaturas presidenciais nacionais, estabelecendo palanques nos estados e participando, por consequência, de coligações opositoras nos estados.

Para que isto ocorra, partimos do pressuposto de que a presidencialização acontece quando os benefícios são maiores do que os custos. Considerando que existem contextos que reproduzem quase perfeitamente a dinâmica bipolarizada das eleições presidenciais, entendemos que PT e PSDB influenciam as disputas locais quando eles podem ser beneficiados de alguma forma, tendo menor custo para isso. Quando o custo é mais alto do que os possíveis benefícios, os partidos têm menor capacidade de coordenar candidaturas a partir da replicação da lógica de disputas eleitorais presidenciais. Para isso, as variáveis foram definidas da seguinte forma.

Um dos problemas da literatura que aborda a temática é que há a ausência de indicadores que meçam o quão “presidencializada” é uma disputa eleitoral. Portanto, pensou-se em duas formas para resolver esse problema: 1) criar uma variável dependente dicotômica (disputa presidencializada ou não-presidencializada); ou 2) criar uma variável que incorpore mais níveis de “presidencialização”. Diante dos múltiplos arranjos possíveis entre os partidos no momento de formar coligações, optou-se pela segunda forma, criando assim graus de presidencialização. A partir disso, buscou-se criar um indicador que quantifica a intensidade com que as disputas eleitorais estabelecidas ao nível presidencial se reproduzem nas eleições para governador nos estados brasileiros (candidaturas e coligações). O índice será a variável dependente do modelo, que terá a variação de 0 a 1.

Para compor o indicador, foram definidas algumas condições para verificar a existência ou não de disputas presidencializadas, quais sejam: a) possua candidatos a governador do PT e do PSDB (candidato do PT *versus* candidato do PSDB); b) tenha coligações em que o PT e o PSDB estejam na disputa, mas não sejam aliados (o PT e o PSDB participam de coligações adversárias); c) PT e PSDB ficam entre as duas primeiras posições, tendo sido criada aqui uma condição para cada partido; d) que o PT esteja coligado ao PSB ou ao PC do B; e) que o PSDB esteja coligado ao PFL/DEM; f) que o PT não esteja coligado ao PFL/DEM; g) que o PSDB não esteja coligado ao PSB e ao PC do B.⁶

A Tabela 2 apresenta um quadro-resumo das condições para que uma disputa eleitoral seja “presidencializada” ou “não-presidencializada”. Uma disputa que contemple todas as condições representaria um tipo-puro de disputa “presidencializada”. Já aquela que não contempla nenhuma das condições seria um tipo-puro de “não-presidencializada”. Assim, quanto mais próximo do índice 1,0, mais “presidencializada” a disputa.

⁶ Foram considerados os partidos que apareceram como principais aliados do PT e do PSDB no nível nacional. O PMDB, nesse caso, não foi considerado para o cálculo da presidencialização, dada à natureza heterogênea do partido nos estados.

TABELA 2 - CONDIÇÕES PARA COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE PRESIDENCIALIZAÇÃO

Condições	Descrição	Valores
1	PT e PSDB compõem diferentes coligações.	0,15
2	Candidato do PT <i>versus</i> candidato do PSDB.	0,15
3	Candidatura do PT entre as 2 primeiras posições.	0,05
4	Candidatura do PSDB entre as 2 primeiras posições.	0,05
5	Presença de coligação PT-PSB ou PT-PC do B.	0,15
6	Presença de coligação PSDB-DEM.	0,15
7	Ausência de coligação PT-DEM.	0,15
8	Ausência de coligação PSDB-PSB e PSDB-PC do B.	0,15
Presidencialização	<i>Tipo-puro de disputa "presidencializada" = 1,0</i> <i>Tipo-puro de disputa "não-presidencializada" = 0</i>	
Observações	- Se PT e PSDB estiverem na disputa coligados do mesmo lado, esta é condição suficiente para "não presidencializado", por isso ganha "0". - <i>Disputas sem PSDB (candidato ou coligado), ganha "0".</i> - <i>Disputas sem PT (candidato ou coligado), ganha "0".</i>	

Fonte: Elaboração baseada em Sandes-Freitas e Bizarro-Neto (2014).⁷

* Esta tabela vale para o cálculo das eleições a partir de 1994. Em 1990, foram consideradas as coligações de Collor (PRN) e de Lula (PT).

Os componentes do indicador partem dos pressupostos básicos da literatura de que é necessário ter PT e PSDB de lado opostos, tendo seus maiores aliados nacionais do seu lado nos estados. Apenas duas condições tiveram menor peso (condições 3 e 4), pois se relacionam ao resultado das eleições e não, propriamente, à estratégia dos partidos de coordenarem candidaturas nos estados. As condições com maior peso representam parcela mais significativa do indicador, somando 0,9 de um total de 1,0. As demais condições são relativas à estratégia pré-eleitoral, relacionada diretamente à pergunta da tese: os pleitos estaduais pós-1994 tendem a ser impactados pela lógica de disputas presidenciais polarizadas entre PT e PSDB?

As condições foram extraídas da literatura apresentada acerca do processo de presidencialização das disputas eleitorais a partir da polarização PT-PSDB, ou seja, das condições para a existência de alinhamentos verticais entre as disputas estaduais e as presidenciais. Dessa forma, excluíram-se outros partidos que também fizeram parte das bases aliadas de PSDB e PT, no nível federal, não sendo incorporados ao indicador, de forma a seguir as proposições da literatura de que existem dois blocos partidários capitaneados por PT e PSDB: de um lado, PSB e PC do B e, do outro, PFL/DEM, respectivamente. Dessa forma, foram excluídos PDT, PTB e PP, além de PMDB, como partidos que impactam no índice de presidencialização.

O índice esperado de presidencialização, em termos ideais, seria 1,0, mas convencionou-se que 0,8 poderia ser considerado um marco para a alta presidencialização, já que contemplaria seis condições do total de oito. Ainda que seja uma convenção, pode-se dizer que disputas com indicador acima de 0,8 são altamente presidencializadas por se adequarem às condições expostas pela literatura e representadas no indicador.

Aplicando o modelo às disputas eleitorais para os governos estaduais de 1990 a 2010, observa-se que o índice tem se aproximado, gradativamente, de 1,0, o que evidencia que, cada vez mais, as eleições estaduais têm se alinhado às disputas para presidente, indicando um grau de alinhamento entre as candidaturas estaduais com as nacionais. Em 1990, o índice apresentou média de 0,46; em 1994, o índice apresentou 0,50, obtendo salto significativo nas eleições de 1998, com 0,66. Durante a década de 2000, os índices ficaram na casa do 0,70, estabilizando-se em 0,74, a partir de 2006.

A maior parte dos estados possuem médias, de 0,5 a 0,79, ao longo do período analisado, o que significa que, em alguma medida, os estados replicam algum tipo de arranjo partidário nacionalizado nas suas disputas. Dos estados com alta presidencialização ao longo do tempo, apenas Acre e Minas Gerais tiveram uma queda marcante em 2010. Já São Paulo, Pará, Distrito Federal, Ceará e Pernambuco mantiveram a alta presidencialização. São Paulo é o estado que obteve a maior média para o período pós-1994. O Ceará, por sua vez, é o estado que obteve o menor mínimo para todo o período em análise (0,6 em 1990), tendo conseguido valores de 0,8 para cima de 1994 a 2010, o que evidencia alto grau de alinhamento no caso.

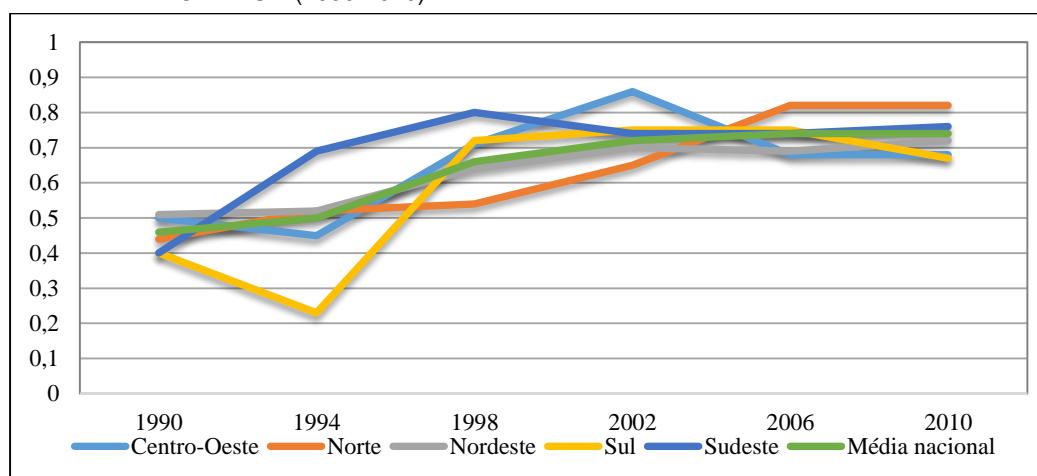
Já do lado dos menos presidencializados, Paraná, Maranhão e Rondônia possuem os menores níveis de 1994-2010. O Paraná tem grande oscilação durante o período, tendo obtido mínimo de zero e máximo de 0,9. Já o Maranhão foi o único estado que não ultrapassou o valor de 0,5. E Rondônia é um estado que só apresentou valores mais altos de presidencialização a partir de 2006. Anteriormente, havia grande oscilação, não indicando um padrão de alinhamento partidário

⁷ Os primeiros resultados desta pesquisa foram apresentados no Encontro da IX Associação Brasileira de Ciência Política, ocorrido em agosto de 2014 em Brasília-DF.

contínuo às disputas presidenciais, o que indica variação também na forma como alianças partidárias foram formadas para o pleito para governador.

No gráfico 1, há a representação gráfica da “presidencialização” por região. Notoriamente, houve um crescimento significativo entre as regiões, saindo de um patamar de 0,4, em 1990, para outro em torno de 0,6 e 0,7. Nas primeiras eleições, observa-se que o alinhamento em torno de PT e PSDB nos estados ainda esteve pouco presente. Nas eleições de 1994, por exemplo, na região Sul, o índice de presidencialização obtido foi de apenas 0,23, devido ao fato de os estados do Paraná e de Santa Catarina terem obtido zero no indicador. Isso é explicado por razões contextuais, evidenciando a importância dos acordos políticos regionais na definição de coligações eleitorais nos estados, mesmo com fortes candidaturas presidenciais do PT e do PSDB. O elemento nacional ainda estava pouco presente nos diferentes estados do país, o que indica a existência de casos de coligações tecidas a partir de variáveis estritamente regionais. A região Sul, em 1994, foi um ponto fora da curva quando observamos a tendência de todas as regiões nas eleições entre 1990 e 2010 (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 – ÍNDICE DE PRESIDENCIALIZAÇÃO DAS DISPUTAS ESTADUAIS POR REGIÃO NO BRASIL (1990-2010)



Fonte: Base de dados de Bizarro-Neto e Sandes-Freitas.

Em resumo, observou-se que o indicador construído para compreender os alinhamentos partidários entre as disputas estaduais e as presidenciais tem apontado para uma constante aproximação entre os dois níveis de competição, principalmente de 1994 a 2010, quando a média parte de 0,5 até 0,74, sendo observado o mesmo processo em diferentes regiões do país. Esse indicador será tomado como variável dependente, o qual dará base para os modelos a serem construídos a seguir.

O modelo deve observar as características institucionais que condicionariam a existência do processo de coordenação de candidaturas de cima para baixo e, conseqüentemente, do entendimento pelos atores políticos estaduais de que o atrelamento às candidaturas presidenciais trará benefícios eleitorais. No nível presidencial, observa-se que a construção de disputas polarizadas em apenas dois grupos depende também da configuração dos grupos partidários em disputa. Observou-se que, apesar da quantidade de partidos que se apresentam nas eleições presidenciais, PT e PSDB têm controlado as disputas a partir de 1994, reduzindo o espaço para candidaturas alternativas.

Essa redução do número de competidores efetivos nos pleitos presidenciais é incentivada pelos efeitos das regras eleitorais e pelas características apresentadas pelo arranjo institucional brasileiro. Se o multipartidarismo e o sistema de representação proporcional favorecem a fragmentação partidária no Legislativo (no nível federal, estadual e municipal), por outro, as disputas majoritárias favorecem a bipolarização das disputas (DUVERGER, 1970). Assim, com dois partidos controlando o maior prêmio eleitoral das eleições nacionais (o cargo de presidente), os partidos tendem a se agregar em coligações nas eleições presidenciais.

Em busca disso, PT e PSDB buscam coordenar suas candidaturas junto aos estados, nas disputas para governador. Com isso, impõem restrições às alianças que destoem daquela proposta no nível presidencial, de tal forma a alinhar as candidaturas e permitir maior possibilidade de ganhos eleitorais. No entanto, o maior custo para esse processo de coordenação de candidaturas ocorre devido às variáveis contextuais, que conduzem as “racionalidades políticas contextuais”. Esses fatores regionais são dificilmente quantificáveis, por isso, recorreremos à análise de alguns casos para compreender a

extensão dessas variáveis a fim de explorar, de forma mais adequada, o funcionamento desses mecanismos de coordenação nos estados.

Dessa forma, para haver “presidencialização”, o benefício deve ser maior do que o custo, sendo o primeiro, os votos para presidente, e o segundo, a dificuldade de coordenação dessas candidaturas. Os custos, como apontamos acima, dependem também de fatores não quantificáveis. Por isso, no modelo, atentou-se apenas às condições estruturais da competição, que podem colaborar para compreender quais contextos estaduais tendem a ser mais coordenáveis, ou seja, aproximam-se mais da presidencialização ou não.

Assim, algumas condições institucionais foram observadas para os testes: 1) adoção das “eleições casadas” em 1994; 2) a adoção da reeleição nas eleições de 1998. A hipótese aqui é de que a possibilidade de os ocupantes dos cargos do Executivo (*incumbents*) concorrerem novamente ao mesmo cargo aumenta os custos de entrada de novos atores. Juntamente a isso, os candidatos à reeleição possuem elevadas taxas de sucesso eleitoral, contribuindo com a diminuição do potencial competitivo de novas candidaturas. A tendência é que eles se agreguem em torno de coligações amplas nos estados.

Esses seriam incentivos institucionais para a presidencialização, pois favoreceriam a continuidade de dinâmicas de disputas polarizadas entre PT e PSDB, o que reforçaria, positivamente, os atores políticos estaduais a se moverem em direção aos alinhamentos nacionais como forma estratégica de atrelarem candidaturas e obterem maior benefício eleitoral. Dessa forma, o benefício da presidencialização das candidaturas seria tanto para os dois partidos presidenciáveis quanto para as lideranças políticas estaduais. Mas, para o modelo, o benefício a ser considerado será o de coordenar as candidaturas, isto é, aquele organizado de cima para baixo, a partir da estratégia eleitoral nacional dos partidos.

Portanto, o tamanho do eleitorado pode ser definido como proxy para benefício (variável explicativa 1). Assim, quanto mais eleitores em jogo em um dado estado, mais os partidos têm interesse em presidencializar a disputa, devido aos possíveis benefícios nas eleições presidenciais. Dessa forma, os acordos realizados teriam mais influência das questões nacionais sobre as estaduais e regionais. Ainda que, nos estados com menor eleitorado, a presidencialização das disputas também poderia ser um atrativo, o interesse de PT e PSDB, no nível nacional, é assegurar o apoio das maiores circunscrições eleitorais, por garantir maior votação nas eleições presidenciais.

Por outro lado, os custos da presidencialização são entendidos como a dificuldade contextual de se chegar a consensos generalizados sobre coligações e alianças polarizadas como aquelas existentes no nível presidencial. Daí tratarmos o argumento de que quanto maior dispersão do poder, maior a instabilidade e maior a dificuldade de se formar maiorias. Assim, os custos políticos no estado de seguir as orientações impostas pela Executiva nacional dos partidos tendem a ser submetidos pelas condicionantes regionais.

A dispersão de poder (variável explicativa 2) pode ser definida como proxy para custo. Essa pode ser medida a partir do cálculo do Número Efetivo de Partidos (NEP) das Assembleias Legislativas nas eleições anteriores ao pleito em análise, como forma de verificar a dinâmica de correlação de forças durante o período de quatro anos anterior à formação das coligações eleitorais. A hipótese aventada é que quanto mais disperso, ou seja, quanto maior o NEP, maior o custo de negociação para a formação das coligações, restringendo os atores a seguir a lógica de disputas contextual e não a nacional.

Sendo assim, o modelo incluiu, inicialmente, duas variáveis explicativas que podem ajudar a elucidar os mecanismos que levam à “presidencialização” das disputas eleitorais estaduais, quais sejam: tamanho do eleitorado e dispersão do poder nos estados.

Para realizar um teste do modelo para compreender a presidencialização, optou-se por aplicar uma regressão múltipla. Analisando os coeficientes da regressão, apenas a variável “tamanho do eleitorado” apresentou p-valor abaixo de 0,05, o que indica que esta é significativa no modelo e ajuda a explicar a variação da presidencialização. Já a variável “dispersão de poder” apresentou p-valor bem acima de 0,05, o que indica que não podemos rejeitar a hipótese nula de que o coeficiente dessa variável é igual a zero. Logo, essa variável não parece, de fato, influenciar na presidencialização. No entanto, o poder explicativo do modelo é baixo: apenas 4,9% da variabilidade da presidencialização pode ser explicada pelo modelo. O restante (94,1%) é explicado por outros fatores não incorporados pelo modelo.

As conclusões derivadas desses resultados são que a dispersão do poder explica pouco a variação da presidencialização. Assim, ambientes de alta e baixa dispersão de poder apresentariam condições similares para a presidencialização, indicando que outras variáveis contextuais influenciam no custo de negociação de candidaturas estaduais alinhadas à disputa presidencial. Se essa suposição estiver correta, a presidencialização ocorre quando os interesses de lideranças nacionais e estaduais convergem e os custos para ambas são baixos, mesmos em ambientes de alta fragmentação

política nos estados. No entanto, a variável “tamanho do eleitorado” parece fazer parte do cálculo das lideranças partidárias de PT e PSDB na coordenação das campanhas presidenciais.

Para melhorar o modelo, verificando outros possíveis custos, uma outra forma seria medir a força que os partidos possuem nos estados, principalmente do PT e do PSDB. Quanto mais fortes forem os partidos, mais eles podem conduzir as negociações junto aos demais atores políticos. Para isso, além das duas variáveis que definem as questões estruturais da competição nos estados (tamanho do eleitorado e dispersão do poder) já testadas, consideraremos que a força política dos partidos que encabeçam a disputa presidencial (PT e PSDB) influencia no processo de coordenação de candidaturas e, conseqüentemente, de presidencialização. Ainda que essa não seja uma hipótese dada pela literatura, entende-se que é necessário explorar a existência de variáveis contextuais que deem conta de explicá-la. Além da força do PT e do PSDB, é necessário calcular a força dos outros partidos. Se, por um lado, PT e PSDB fortes, teoricamente, indicaria maior possibilidade de presidencialização, por outro, com eles fracos e com outros partidos fortes, é provável que menor a tendência para a presidencialização.

A Tabela 3 apresenta o teste completo com todas as variáveis do modelo, incluindo força dos partidos (PMDB, PT e PSDB). Não podemos afirmar que as variáveis “dispersão do poder” e “força do PMDB” são diferentes de zero. O mesmo resultado foi observado com a variável “tamanho do eleitorado”, contrariando o teste regressão múltipla para o modelo somente com as variáveis “tamanho do eleitorado” e “dispersão do poder”.

No teste do modelo abaixo, apenas as variáveis “força do PT” e “força do PSDB” apresentaram coeficientes significantes abaixo de *p*-valor 0,05, o que mostra a validade das duas variáveis na compreensão da presidencialização. Entretanto, o modelo explicou pouco da oscilação da variável dependente (14,45%), o que indica que, apesar da força do PT e do PSDB serem significantes para o modelo, a variação da presidencialização depende de outros fatores não incluídos na análise, principalmente aquelas que contemplam aspectos contextuais não abarcados pela literatura.

TABELA 3 – RESULTADOS DA REGRESSÃO MÚLTIPLA, INCLUINDO FORÇA DOS PARTIDOS PARA A ANÁLISE DA PRESIDENCIALIZAÇÃO NAS DISPUTAS ELEITORAIS ESTADUAIS (1990-2010)

	Coefficiente	Erro padrão	t	P > t
<i>Tamanho do eleitorado</i> *	1,95e-11	2,52e-11	0,77	0,442
<i>Dispersão do poder – NEP</i>	0,0047624	0,0109294	0,44	0,664
<i>Força do PMDB</i>	0,000244	0,001454	0,17	0,867
<i>Força do PT</i>	0,0105092	0,003119	3,37	0,001
<i>Força do PSDB</i>	0,054259	0,0023119	2,35	0,020
<i>Constante</i>	0,4459161	0,0974596	4,58	0,000
Nº de observações	162		R ²	0,1445
Prob > F	0,0002		R ² ajustado	0,1171

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizzarro-Neto e Sandes-Freitas.

* *Tamanho do eleitorado*: variável estandardizada. ** O teste *Variance Inflation Factors* (VIF) apresentou valores inferiores a 5, constatando-se que não há multicolinearidade entre as variáveis do modelo escolhido.

A complexificação do modelo, com a inclusão das variáveis relativas à força dos partidos e à necessidade da inclusão de outras para a compreensão da variação da presidencialização, no entanto, coloca uma série de problemas metodológicos quanto ao uso das técnicas estatísticas tradicionalmente utilizadas pela Ciência Política para o caso específico da presidencialização. O principal deles é que, ao aplicar os métodos estatísticos tradicionais para o caso da presidencialização, os modelos aqui apresentados não conseguem explicar as variações particulares dos casos. Os resultados observados evidenciam que a presidencialização é explicada, em maior parte, por uma série de variáveis contextuais, específicas de cada estado, e não somente pelas variáveis definidas pelo modelo. Ademais, algumas variáveis do modelo, ainda que impactem sobre a presidencialização nos estados ao longo do tempo, nem sempre interagem, entre si, da forma esperada. Em alguns casos, as variáveis têm efeito de acordo com o esperado, mas, em outros, não. O problema é que a multicausalidade nem sempre é tratada por essas técnicas estatísticas tradicionais de forma adequada (SCHNEIDER, WAGEMANN, 2012). A maioria dos fenômenos das Ciências Sociais são resultado de relações assimétricas entre as variáveis, derivadas da complexidade da realidade social e política. A presidencialização, a partir do que foi observado, pode ser resultado desse tipo de relação, possibilitando múltiplas relações conjunturais entre as variáveis analisadas.

Embora a presidencialização seja um fenômeno de caráter nacional, ela impacta de forma particular em cada contexto, devido às condicionantes históricas regionais. Por isso, uma das alternativas ao uso das técnicas estatísticas convencionalmente utilizadas para avaliar fenômenos multi-causais é a aplicação de um método que contemple os aspectos quantitativos sem perder de vista os elementos qualitativos dos casos, ou seja, dos arranjos político-partidários particulares dos

estados. Por esse motivo é que se optou pelo uso de outra técnica de análise de dados adequada para este caso: a *Qualitative Comparative Analysis* (QCA), especificamente, a modalidade *fuzzy-set*.

A primeira parte do teste é calibrar as variáveis do modelo para condições *fuzzy*. Para isso, é preciso definir os patamares máximo, mínimo e médio de cada uma delas: o *outcome* (presidencialização), e as condições (força do PMDB, do PT e do PSDB, além do tamanho do eleitorado e da dispersão do poder) (Tabela 4). Embora não existam regras pré-definidas para encontrar bons patamares, o ideal é que as definições desses patamares guardem relação estreita com a teoria. No entanto, devido à ausência de trabalhos que analisem de forma sistemática a presidencialização, a definição dos limiares evitou distribuir os subconjuntos de forma desproporcional, indicada pelos metodólogos. Por isso, evitou-se o uso da média ou da mediana como forma de separar os grupos, atribuindo limiares ano a ano para as condições conforme a distribuição dos casos na escala *fuzzy* de zero a um.

TABELA 4 – CALIBRAGEM DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA O MODELO DE ANÁLISE FUZZY-SET DA PRESIDENCIALIZAÇÃO DAS DISPUTAS PARA GOVERNADOR (1990-2010)

DISPERSÃO DO PODER – NEP						
Limiares	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Máximo	6,4	6,7	7,3	8,3	8,7	9,2
Threshold	4,9	5,0	5,4	6,6	7,2	8,2
Mínimo	4,0	4,1	4,2	5,2	6,3	7,2
TAMANHO DO ELEITORADO *						
Limiares	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Máximo	55	55	58	60	65	69
Threshold	21	23	26	28	31	33
Mínimo	7	8	9	9,5	11	12
FORÇA DO PMDB						
Limiares	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Máximo	40,0	24,0	26,0	25,0	24,5	25,0
Threshold	24,0	15,5	16,0	18,0	14,7	17,8
Mínimo	8,5	8,5	10,0	10,0	8,0	7,0
FORÇA DO PSDB **						
Limiares	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Máximo	-	15,0	18,0	22,0	20,0	19,0
Threshold	-	5,2	11,0	13,0	13,0	12,8
Mínimo	-	2,5	3,8	7,8	6,5	5,0
FORÇA DO PT						
Limiares	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Máximo	10,0	15,0	17,0	17,5	20,0	18,5
Threshold	5,4	7,4	8,8	9,5	15,5	15,0
Mínimo	2,0	3,7	4,0	5,3	7,4	8,5

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizzarro-Neto e Sandes-Freitas.

*Os números apresentados foram divididos por 100 mil para apresentação nesta tabela. **Não foi considerado o PSDB para 1990, pois essa foi a primeira eleição em que o partido participou. Logo, o mesmo não teve votação em eleições anteriores, não sendo possível o cálculo da força do partido via votação para deputado federal.

No caso da presidencialização, o patamar máximo foi definido em 0,85 (acima disso, é considerado como presidencializado) para e as disputas sem presidencialização, de 0,20 ou menos. O patamar central (*threshold*) foi definido como 0,50. Assim, em todas aquelas disputas de 0 a 0,2, o *software* atribui zero e, as de 0,85 a 1,0, o *software* atribui um. Os demais limiares estão dispostos abaixo, na Tabela 5.

O teste, então, visa verificar as condições e configurações necessárias e/ou suficientes para a ocorrência do fenômeno em análise. A suficiência é observada quando uma dada condição está presente e o *outcome* também, ou seja, quando $x = 1$, logo $y = 1$. Já uma relação de necessidade é aquela que um dado *outcome* está presente somente com a presença de uma dada condição, assim, se $y = 1$, então $x = 1$. Dessa forma, esse método permite avaliar as condições que mais ajudam a compreender a existência da presidencialização. A preocupação não é estabelecer as relações determinísticas, mas entender quais e o quanto as configurações de condições levam à presidencialização. Assim sendo, o teste permite avaliar as configurações mais comuns para determinados *outcomes*.

O teste parte da aplicação de um algoritmo que avalia as múltiplas combinações entre as configurações e *outcome*. Na Tabela 5, estão explicitados oito modelos de análise, dos quais os dois primeiros são os mais importantes para a análise, pois contemplam um número maior de casos.

TABELA 5 – RESULTADO DOS TESTES DE FUZZY-SET PARA PRESIDENCIALIZAÇÃO DAS DISPUTAS PARA GOVERNADOR (1994-2010)

Modelo 1 (1994-2010)				Modelo 2 (1998-2010, inclui REEL)			
	<i>Cobertura Bruta</i>	<i>Cobertura Única</i>	<i>Consistência</i>		<i>Cobertura Bruta</i>	<i>Cobertura Única</i>	<i>Consistência</i>
ELEIT	0,513	0,105	0,827	PT	0,532	0,081	0,908
NEP * ~PSDB	0,361	0,082	0,828	ELEIT	0,511	0,032	0,876
~NEP * PSDB	0,285	0,082	0,853	~REEL * ~PMDB	0,225	0,016	0,930
PMDB * PT	0,351	0,022	0,886	PSDB * ~NEP	0,286	0,031	0,908
~PSDB * PT	0,367	0,008	0,880	~PSDB * NEP	0,362	0,062	0,908
~NEP * PT	0,275	0,006	0,887				
<i>Cobertura do modelo</i>	0,870			<i>Cobertura do modelo</i>	0,907		
<i>Consistência do modelo</i>	0,821			<i>Consistência do modelo</i>	0,867		
Modelo 3 (1990)				Modelo 4 (1994)			
	<i>Cobertura Bruta</i>	<i>Cobertura Única</i>	<i>Consistência</i>		<i>Cobertura Bruta</i>	<i>Cobertura Única</i>	<i>Consistência</i>
~PT * PMDB	0,806	0,412	0,781	PSDB * ~PMDB * ~NEP	0,176	0,044	0,786
~NEP * PMDB	0,452	0,014	0,786	PSDB * ELEIT * ~NEP	0,153	0,044	0,820
				~PT * ~PSDB * PMDB * ~NEP	0,216	0,021	0,735
				PT * PMDB * ~ELEIT * NEP	0,187	0,099	0,864
<i>Cobertura do modelo</i>	0,864			<i>Cobertura do modelo</i>	0,490		
<i>Consistência do modelo</i>	0,766			<i>Consistência do modelo</i>	0,771		
Modelo 5 (1998)				Modelo 6 (2002)			
	<i>Cobertura Bruta</i>	<i>Cobertura Única</i>	<i>Consistência</i>		<i>Cobertura Bruta</i>	<i>Cobertura Única</i>	<i>Consistência</i>
ELEIT	0,523	0,183	0,874	~ PSDB * ~ NEP	0,236	0,004	0,984
PSDB * ~PT	0,371	0,181	0,946	~REEL*~ PSDB	0,157	0,018	1,000
NEP * ~PSDB * REEL	0,180	0,095	0,894	PT*~ PMDB	0,303	0,033	0,935
				PMDB * ~ NEP	0,418	0,153	0,967
				~ REEL * ~PMDB * NEP	0,216	0,048	0,972
				~ REEL * PT * ELEIT	0,223	0,002	0,939
				~ PMDB * ELEIT * NEP	0,266	0,064	0,957
<i>Cobertura do modelo</i>	0,805			<i>Cobertura do modelo</i>	0,832		
<i>Consistência do modelo</i>	0,882			<i>Consistência do modelo</i>	0,950		
Modelo 7 (2006)				Modelo 8 (2010)			
	<i>Cobertura Bruta</i>	<i>Cobertura Única</i>	<i>Consistência</i>		<i>Cobertura Bruta</i>	<i>Cobertura Única</i>	<i>Consistência</i>
PSDB * PT	0,223	0,055	1,000	~NEP * ~REEL	0,310	0,105	0,994
PMDB * ~PSDB * ~REEL	0,172	0,096	0,987	~NEP * ELEIT	0,227	0,067	1,000
NEP * ~ELEIT* ~PMDB *~PSDB	0,274	0,033	0,969	PSDB * ~REEL	0,167	0,077	0,974
~NEP * ELEIT * PMDB * REEL	0,162	0,089	0,961	NEP * ~PSDB * REEL	0,234	0,027	1,000
NEP * ~PMDB * PT	0,252	0,019	1,000	~PMDB * ~PSDB	0,414	0,017	0,998
NEP * ~PMDB * ~PSDB * REEL	0,250	0,005	0,971	~PMDB * ~ELEIT	0,302	0,029	0,971
<i>Cobertura do modelo</i>	0,690			<i>Cobertura do modelo</i>	0,787		
<i>Consistência do modelo</i>	0,984			<i>Consistência do modelo</i>	0,980		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizzarro-Neto e Sandes-Freitas.

¹ N (modelo 1) = 135 disputas estaduais, N (modelo 2) = 108 disputas estaduais, N (modelos 3, 4, 5, 6, 7 e 8) = 27 disputas estaduais cada. ² O til “~” significa negação da condição. ³ Configurações com cobertura única igual a zero foram retiradas dos modelos. ⁴ As soluções escolhidas são as parcimoniosas, que são mais simples, contemplando menos condições causais.

No primeiro modelo, observa-se que o ano de 1990 não foi incluído, pois se notou que as condições para aquelas disputas estaduais eram diferentes das demais, principalmente pelo aspecto da força dos partidos. O PSDB não havia disputado nenhuma eleição ainda até aquele momento, o que impediu o cálculo da força do partido para aquele ano. Partindo da teoria sobre a presidencialização, entende-se que a estratégia de coordenação de campanhas estabelecida por PT e PSDB vai se tornar clara a partir de 1994 e, por isso, o modelo tem como marco inicial esse ano.

No entanto, antes de analisar os resultados, são necessárias algumas conceituações acerca do método. Os principais aspectos a serem observados na Tabela 5 são os valores para as coberturas bruta e única e do modelo, além das consistências de cada termo (configuração encontrada) e a consistência do modelo. As medidas de cobertura indicam o quanto da porcentagem dos resultados é coberto pela solução. A cobertura bruta mede a proporção da participação de cada termo no

resultado da solução. A cobertura única mede a proporção da participação no resultado explicado exclusivamente por um termo individual da solução, ou seja, não é coberta por outras soluções. E, por fim, a cobertura da solução mede o quanto do resultado é coberto pela solução completa. Quanto mais alto for a cobertura única e bruta, maior a possibilidade do termo ser empiricamente relevante, isto é, que a solução tem validade nos casos em análise.

Quanto à consistência de cada termo, essa mede o grau em que uma determinada solução é um subconjunto do resultado. A consistência do modelo realiza a mesma medida para todo o conjunto dos termos da solução. Quanto mais próximo de um (1,0), mais o termo da solução é próximo de ser suficiente para um determinado *outcome*. Nos testes realizados, considerou-se o parâmetro 0,8 para a consistência, conforme tem sido empregado pela maior parte dos estudos que utilizam a QCA. Espera-se que estados com maior eleitorado, menor dispersão do poder, com PMDB mais fraco e PT e PSDB mais fortes, sejam mais presidencializados.

O primeiro modelo inclui os pleitos de 1994 a 2010, tendo como condições explicativas o “tamanho do eleitorado” (ELEIT), a dispersão do poder (NEP), a força do PMDB, do PT e do PSDB nos estados. Já o segundo modelo testa as configurações do período 1998 a 2010, ou seja, apenas aquelas em que era possível a reeleição. Por isso, o modelo incluiu a “reeleição” (REEL). Além das condições esperadas no modelo 1, espera-se que essa condição esteja associada a estados em que ocorra a presidencialização, pois a possibilidade de recondução ao poder interfere na estratégia coligacionista, diminuindo o número de opções competitivas.

Nos dois modelos (1 e 2), observa-se que o tamanho do eleitorado é uma condição importante para compreender a presidencialização. A cobertura bruta aparece com mais de 0,5 e a consistência está acima de 0,8. Assim, disputas presidencializadas estão associadas aos maiores estados, o que ajuda a compreender casos como São Paulo, Minas e Bahia, que apresentaram a associação em todas as eleições analisadas. São Paulo e Minas Gerais, além de grande eleitorado, possuem PT e PSDB com expressiva força política, apesar de terem alta dispersão do poder. Isso mostra que a estratégia de coordenação de candidatura tende a ocorrer mais frequentemente em estados com maior eleitorado e onde os partidos (PT e/ou PSDB) são fortes, independentemente da existência de muitos atores com capacidade de influência no cenário político estadual. No caso da Bahia, apesar do eleitorado ser forte, a presidencialização oscila mais, assim como a dispersão do poder. Ademais, o PSDB, durante o período em análise, aparece como fraco, diferentemente do PT, que, desde 2002, ocupa importante espaço político no estado.

Importante achado a relação entre a baixa fragmentação dos subsistemas partidários estaduais e a força do PT ou do PSDB. A combinação mostra que os dois partidos, quando fortes nos estados, possuem maior facilidade de organizar a disputa estadual. A combinação PSDB forte e baixa dispersão do poder foi encontrada no Ceará, pois esse é o estado em que essa associação com alta presidencialização foi encontrada em quase todas as eleições: 1994, 1998, 2002 e 2006. No entanto, o mesmo estado não apresenta o PT forte durante o período em análise. Já quanto à existência de PT forte e baixa dispersão do poder, destaca-se o fato de apenas três casos dos 20 serem de eleições anteriores a 2002. Sete foram de eleições relativas a 2010. Mato Grosso do Sul e Distrito Federal são estados onde as duas condições (PT forte e dispersão baixa) estão associadas de 2002 a 2010.

Outras combinações são observadas nos dois modelos, que reforçam o argumento de que existem variáveis contextuais não contempladas na análise as quais impactam na forma como as disputas estaduais são coordenadas. Ainda que existam imposições de cima para baixo, será cada vez mais evidente que a presidencialização também é estratégico para os atores políticos estaduais, que também agem em conformidade com os interesses dos partidos nas disputas presidenciais, independentemente das possibilidades lógicas esperadas. Esses são os casos em que o PSDB é fraco com grande dispersão do poder, o que indica que outros partidos ocupam o espaço desse partido no estado, mobilizando o alinhamento com as candidaturas presidenciais. O mesmo é observado quando tem a ocorrência de PMDB e PT fortes. O PMDB ora aparece como aliado do PT nos estados, ora como adversário, tendo como aliado o PSDB, como foram os casos de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul recentemente.

A inclusão da reeleição, no modelo 2, não alterou, substancialmente, os resultados encontrados. O que ocorre com o efeito da reeleição, no entanto, é o inverso do que se esperava. A ausência de um candidato à reeleição se associa com a ocorrência de disputas presidencializadas nos estados. No entanto, essa condição aparece associada à fraqueza do PMDB. O achado aponta para a seguinte conclusão: sem um candidato à reeleição e sem um PMDB forte, PSDB e PT tendem a ser capazes de se alinhar ou de provocar o alinhamento das candidaturas estaduais com seus candidatos presidenciais mais

facilmente. Dois casos associados ao PFL ainda forte no Nordeste são exemplares deste caso: Bahia, em 2002, e o Maranhão, em 2006.

Os modelos por ano servem apenas para evidenciar que a consistência dos modelos propostos aumenta à medida que as eleições vão ocorrendo, ainda que a cobertura tenha se mantido entre 0,69 e 0,8 entre os anos de 1998 e 2010. Em 1994, o modelo teve consistência abaixo de 0,8 e cobertura abaixo de 0,5, e isso indica que, ainda que a presidencialização tenha começado a ocorrer naquelas eleições, o processo de coordenação das candidaturas não se deu exclusivamente pelas condições apontadas no modelo.

Enfim, com base nos testes, podemos sintetizar algumas conclusões. Primeiramente, é evidente que o tamanho do eleitorado é importante para o cálculo da coordenação eleitoral. Segundo, a força do PT e do PSDB também são importantes para a presidencialização. Assim como já apontaram os testes estatísticos, a força dos dois partidos se relaciona com a presidencialização, isto é, quanto mais peso esses partidos têm nos estados, maior a capacidade dos mesmos de participar da articulação dos acordos que compõem as coligações e as candidaturas para os governos estaduais. Dessa forma, eles mesmos podem ajudar a coordenar as disputas presidenciais quando os mesmos são atores políticos relevantes nos estados. Quando são fracos, os custos da presidencialização se tornam mais altos e, por isso, a coordenação passa a depender de outros fatores contextuais, como o interesse dos outros atores de comporem coligações à luz dos acordos partidários nacionais. E, por fim, é válido afirmar que a baixa dispersão do poder, ainda que apareça como condição relacionada à presidencialização, não é uma necessária para que a coordenação ocorra, pois também foram observadas disputas presidencializadas com alta dispersão. Portanto, entende-se que a presidencialização passou a ser um traço marcante da política brasileira em contraposição à realidade anterior a 1994, em que os subsistemas políticos estaduais possuíam lógicas próprias, descoladas das disputas presidenciais, por conta das “racionalidades políticas contextuais”, apontado por Lima Jr (1983; 1997).

O efeito organizador de PT e PSDB sobre os subsistemas políticos estaduais leva a construção de candidaturas opostas nos estados, que contemplam as coligações dos dois partidos. Os partidos presidenciais, interessados em construir palanques, orientam a ação dos atores políticos estaduais, ainda mais quando esses possuem peso relevante nos estados. No entanto, ficou claro, também, que as configurações observadas, ainda que consistentes, não contemplavam a totalidade dos casos, o que indica a existência de outras condições nos estados que podem levar ao *outcome* esperado. Por isso, o método configuracional aplicado permite compreender a multiplicidade de arranjos possíveis entre as condições, dando abertura para o estudo em profundidade dos casos.

Entende-se que esse processo de coordenação de candidaturas e, conseqüentemente, de presidencialização das disputas envolve uma racionalidade extremamente complexa que abarca tanto razões estruturais da competição eleitoral no Brasil quanto aspectos conjunturais, essencialmente aqueles referentes aos arranjos político-partidários estaduais, não contemplados pelos modelos sugeridos. O cálculo de custo-benefício do processo de coordenação é operado tanto a partir da cúpula nacional do PT e do PSDB quanto dos atores políticos estaduais. Nesse sentido é que as conclusões dos testes abrem espaço para uma análise de alguns casos típicos que podem elucidar outras chaves explicativas para a compreensão dos (des)alinhamentos entre contextos de disputa estaduais e presidenciais.

5. Os limites do estreitamento entre as dinâmicas presidencial e estadual: o que os casos nos dizem?

Foi observado nos testes que o modelo esperado para a presidencialização não foi refletido de forma completa nos casos. Como foi explicitado, fenômenos complexos como a “presidencialização” apresentam distintas combinações entre as condições, podendo resultar o mesmo *outcome*. A condição que mais deixou evidente isso foi aquela definida como *proxy* para custo: “dispersão de poder”. Ainda que continue a ser um custo para a articulação e coordenação de candidaturas, subsistemas partidários fragmentados não se apresentaram como fator determinante para limitar a coordenação de candidaturas. A seleção observou os casos estaduais em que há a presidencialização (na maior parte das disputas), apontando para uma variedade de combinações entre as condições, propiciando o surgimento de múltiplas configurações.

O recomendado por Schneider e Rohfing (2014) é começar a escolha dos casos pelos típicos (confirmados pela teoria), pois são aqueles que refletem o nexo de causalidade apresentado pelo modelo proposto e pela solução dos testes. Entre os casos típicos, São Paulo é aquele que mais contemplou as condições esperadas pelo modelo. Possui alta densidade eleitoral (componente relacionado ao benefício de se presidencializar), PSDB e PT fortes (do contrário, isso representaria um

custo adicional de coordenação) e PMDB perdendo força, sendo isso mais marcante nos pleitos a partir de 2002. A “dispersão do poder” se apresentou extremamente alta, o que indica que PSDB e PT fortes nos estados podem agir como organizadores do subsistema político estadual, mesmo em ambientes de grande fragmentação.

Já o caso do Ceará foi considerado aqui como outro caso típico por contemplar duas condições extremamente importantes para a presidencialização (alta densidade eleitoral e PSDB extremamente forte) em um ambiente de baixa fragmentação. Isso sugere que as lideranças nacionais do PT e do PSDB têm interesse em apresentar candidaturas nos estados, devido ao peso eleitoral do estado, sendo isso facilitado pela baixa fragmentação partidária do estado. Essa condição de baixa dispersão do poder só se modifica em 2010, reforçando que as disputas estaduais presidencializadas dependem mais dos interesses estratégicos das lideranças políticas nacionais e estaduais dos partidos do que do custo que a fragmentação partidária impõe.

Posteriormente à análise dos casos típicos, se dá a análise dos casos desviantes, ou seja, que apresentam *outcome* não esperado, conforme as configurações apresentadas. Rondônia e Piauí, nesse sentido, foram escolhidos por duas razões: 1) por não contemplarem a alta densidade eleitoral, a condição básica do modelo; e 2) por apresentarem muita variedade no padrão de presidencialização apresentado entre as eleições ao longo do período em análise.

No caso do Piauí, houve apenas uma disputa não presidencializada (em 1998), na qual as condições apareceram como esperado, com PSDB e PT fracos, PMDB forte, em um ambiente político de baixa densidade eleitoral e com pouca dispersão do poder. Ou seja, o PMDB, que era forte, ocupava os espaços políticos, deixando pouco espaço para PT e PSDB replicarem a disputa presidencial no estado. Nas eleições seguintes, o PT amplia sua força política, tendo um PSDB com peso oscilante. O PMDB se manteve forte, mas abriu espaço para disputas polarizadas replicadas no estado. Daí, observa-se que a maior parte das combinações esperadas não ocorrem. O Piauí, mesmo com configurações não esperadas, tem tido disputas presidencializadas desde 2002.

Já o estado de Rondônia apresentou duas disputas não-presidencializadas de um total de cinco. Somente a partir de 2006 que o estado começa a apresentar disputas com caráter mais presidencializado. Nas três primeiras eleições, o modelo básico é confirmado, pois o benefício é baixo (densidade eleitoral) e o custo é alto (alta fragmentação partidária). O arranjo entre essas condições foi suficiente para explicar a baixa presidencialização nos dois primeiros pleitos (em 1994 e 1998), mesmo tendo PT e PSDB fortes e PMDB fraco. Assim, sugere-se, no caso rondoniense, que o cálculo de custo e benefício estabelecido pelas lideranças nacionais de PT e PSDB está acima das condições “força dos partidos”. Em 2002, a presidencialização tem seu menor valor, sugerindo que a alta força do PMDB e o baixo peso do PT elevaram ainda mais o custo de coordenação das candidaturas estaduais. Em 2006 e 2010, os pleitos apresentam configurações diferentes, principalmente quanto à força do PSDB e do PT e à fragmentação. O fato é que o PSDB perde espaço político no estado, e o PT, em contrapartida, passa a ter grande peso em Rondônia. Isso ocorre em um ambiente de baixa densidade eleitoral e fragmentação, além da existência do PMDB forte.

Logo, é possível analisar, a partir dos casos do Piauí e de Rondônia, que quando houve baixa fragmentação, os atores estaduais passaram a se arranjar à luz das articulações nacionais mais facilmente, diminuindo os custos locais de negociação com lideranças estaduais de outros partidos. Assim, em ambientes de pouca dispersão de poder, é possível que os atores estaduais também possam seguir a orientação nacional, influenciados pelo baixo custo estadual de se alinharem à lógica presidencializada das disputas nacionais.

TABELA 6 – CONFIGURAÇÕES APRESENTADAS PELOS ESTADOS SELECIONADOS PARA ESTUDO DE CASO (1994-2010)

UF_Ano	Presid	NEP	Eleitorado	Força_PMDB	Força_PSDB	Força_PT
CE_1994	0,9	0,01	0,82	0,59	1	0,03
CE_1998	0,9	0,01	0,88	0,66	1	0,07
CE_2002	0,93	0,4	0,94	0,68	1	0,2
CE_2006	0,93	0,1	0,97	0,59	1	0,08
CE_2010	0,93	0,61	0,99	0,65	0,99	0,09
PI_1994	0,75	0,04	0,11	0,39	0,87	0,20
PI_1998	0,01	0,02	0,14	0,56	0,01	0,33
PI_2002	0,93	0,12	0,15	0,76	0,48	0,63
PI_2006	0,75	0,35	0,2	0,58	0,93	0,66
PI_2010	0,9	0,14	0,25	0,54	0,42	0,93
RO_1994	0,18	0,96	0,03	0,01	0,59	0,89
RO_1998	0,5	0,96	0,04	0,07	1	0,74
RO_2002	0,03	1	0,04	0,61	0,97	0,3
RO_2006	0,75	0,26	0,05	0,67	0,21	0,6
RO_2010	0,9	0,43	0,05	0,64	0	0,96

SP_1994	0,97	0,89	1	0,58	0,93	0,98
SP_1998	0,9	0,99	1	0,62	0,99	0,99
SP_2002	0,98	1	1	0,11	0,98	0,97
SP_2006	0,98	0,79	1	0,06	0,82	1
SP_2010	0,93	0,98	1	0,03	0,99	0,97

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizarro-Neto e Sandes-Freitas.

* Condições (NEP, Eleitorado e Força dos partidos) e *outcome* (Presid) foram apresentadas a partir da calibragem *fuzzy*. ** Em vermelho, as condições que não atendem o modelo esperado, de acordo com sua relação com o *outcome*. Em azul, as condições ocorrem como esperado. Quanto à condição em preto, não foi incluído no modelo (ver explicação no texto). O *outcome* em verde indica alta presidencialização (> 0,5). Em preto, baixa presidencialização (< 0,5).

Foram observadas as particularidades políticas de cada estado, principalmente no que se refere à dinâmica governamental, permitindo maior variabilidade entre eles. Assim, a busca será analisar os arranjos políticos para além daqueles estabelecidos na arena eleitoral. A pergunta a ser respondida é se os alinhamentos estabelecidos na arena eleitoral geram incentivos para que os mesmos continuem na arena governamental. Por isso foi importante analisar compreender como a racionalidade dos atores políticos estaduais tem sido afetada pela lógica bipolarizada estabelecida nas eleições presidenciais, para, a partir disso, conforme argumento de Golder (2006), compreender a relação entre essa dinâmica eleitoral e a governamental, em que os partidos com participação nas eleições tendem a ocupar cargos no governo.

Na seleção de casos, não se buscou necessariamente representar todas as regiões, por isso não foram escolhidos estados da região Sul e Centro-Oeste, mas atentou-se a composição das forças políticas nos estados, através das coligações vencedoras nos pleitos para os Governos do Estado. Por isso, foi importante a escolha de casos com maior variação de partidos à frente do Governo, principalmente observando que inicialmente houve um domínio do PMDB (em 1986) e, posteriormente, PSDB e PT passaram a eleger governadores (ver Quadro 1).

QUADRO 1 – COLIGAÇÕES VENCEDORAS NAS DISPUTAS PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS NOS CASOS EM ANÁLISE (1986-2010)

	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
São Paulo	PMDB	PMDB-PFL-PL	PSDB-PFL	PSDB-PTB-PSD	PSDB-PFL-PSD	PSDB-PFL-PTB-PPS	PSDB-PMDB-PSC-PPS-DEM-PHS-PMN
Ceará	PMDB-PDC-PCB-PCdoB	PSDB-PDT-PDC	PSDB-PDT-PTB	PSDB-PPB-PTB-PPS-PSD	PSDB-PPB-PSD-PV	PSB-PT-PCdoB-PMDB-PRB-PP-PHS-PMN-PV	PSB-PRB-PDT-PT-PMDB-PSC-PCdoB
Piauí	PMDB-PDS-PCB-PCdoB	PFL-PDS-PTB-PSC	PMDB-PDT-PPS-PMN-PSDB-PCdoB	PMDB-PDT-PTB-PL-PPS-PSDC-Prona-PCdoB	PT-PTN-PCdoB-PL-PTdoB-PAN-PCB-PMN	PT-PSB-PTB-PCdoB-PL	PSB-PRB-PT-PMDB-PTN-PR-PRP-PCdoB
Rondônia	PMDB-PSC	PTR-PSC-PRP	PMDB-PSB-PSDB	PFL	PSDB	PPS-PTN-PFL-PAN-PV-Prona	PMDB-PDT-PTB-PCdoB-DEM

Fonte: Meneguello (2010).

* Os partidos dos governadores eleitos estão em negrito.

A partir de 1990, o cenário mais competitivo permite a entrada de outros partidos. Com isso, o PMDB, que detinha todos os governos nos estados selecionados, somente manteve o governo em São Paulo, em 1990. No período de 1990 a 2010, dos 24 governadores eleitos nos estados selecionados na análise, dez governadores eram do PSDB (concentrados principalmente em São Paulo e no Ceará) e dois do PT (eleitos no Piauí), ou seja, quase a metade dos governadores eleitos no período nesses estados pertencem a partidos que disputaram a presidência no Brasil. Outros partidos importantes para a análise são o PMDB, o PFL/DEM e o PSB. O primeiro está presente com mais regularidade no Piauí e em Rondônia. Já o PFL elege governador no Piauí em 1994 e é um dos principais aliados do PSDB no nível nacional e, particularmente, em São Paulo. E, por fim, o PSB, que tem sido um aliado relevante do PT, e que conquistou governos no Ceará e no Piauí.

A presença de múltiplos partidos e seu fortalecimento permitiu a rotatividade das agremiações e a construção de coligações eleitorais mais inclusivas. Essa variação nos partidos é importante para verificar em que medida eles também participam do processo de coordenação de candidaturas presidenciais nos estados e também seguem esses arranjos na arena governamental.

É importante mencionar que nem todos os estados reproduzem as coligações estabelecidas no nível nacional, devido à dinâmica das correlações de força política estabelecidas historicamente nos estados, como os casos do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso do Sul, onde PMDB e PT, por exemplo, não se aliam nas disputas para o Governo do Estado. A questão a saber é se a presidencialização é somente uma estratégia eleitoral ou se ela pode levar à organização dos

subsistemas políticos estaduais em torno da lógica bipolarizada estabelecida no nível federal, considerando a relação entre as alianças partidárias estabelecidas nas eleições com as aquelas estabelecidas no âmbito do governo (nesta análise, as alianças formadas na arena governamental, a partir da distribuição de cargos de primeiro escalão para os partidos nos estados). Devido aos limites estabelecidos para a apresentação do *paper*, não foram disponibilizados os quadros referentes às coalizões formadas ao longo do período em análise (1987-2010) nos estados. Para os fins deste *paper*, a análise dos casos foi sumarizada a seguir:

QUADRO 2 – SÍNTESE DA ANÁLISE DOS CASOS: CE, PI, RO E SP (1986-2010)

<p style="text-align: center;">Ceará</p>	<p>- As alianças partidárias no Ceará, paulatinamente, foram unindo elementos da dinâmica da disputa eleitoral nacional com a especificidade particular do subsistema político estadual. Já na transição do regime militar para a democracia, a disputa que marcou a década de 1980, principalmente no pleito de 1986, foi a disputa entre as forças políticas ligadas ao regime militar (PDS e PFL) e o grupo político que representava a democracia e a modernidade (o PMDB e o grupo tassistas). No entanto, se, na arena nacional, PMDB e PFL tinham se unido em torno da candidatura de Tancredo Neves, no Ceará, o PFL era ligado umbilicalmente ao PDS, dinâmica similar em outros estados nordestinos. A diferença residia no posicionamento do PFL, mas a polarização reproduzia no estado a disputa entre PDS e PMDB. O subsistema político cearense passou de completamente controlado pelos chamados “coronéis” para um competitivo, que permitiu a mudança da elite dirigente estadual, em 1986, com a vitória do PMDB e do grupo tassistas ligado ao CIC.</p> <p>- Com a migração do grupo político de Tasso Jereissati para o PSDB, o partido obteve vitórias eleitorais em 1990, 1994, 1998 e 2002. A dinâmica passou a ser amplamente presidencializada a partir de 1994, quando o índice de presidencialização da disputa estadual chegou ao patamar de 0,8, indicando grande proximidade com a disputa presidencial nacional. Em 2002, a presidencialização chegou a 0,85, mantendo-se nas disputas até 2010.</p> <p>- Nos pleitos de 1990 a 2002, ficou evidente a força de Tasso Jereissati e de seu grupo no subsistema político cearense. Durante os anos 1990, o maior adversário do PSDB foi o PMDB e seu maior aliado do período, o PFL. No caso nacional, o PFL, no caso nacional, no entanto, era o maior aliado do PSDB. No entanto, devido a razões regionais, os dois partidos não se aliavam. Já o PTB, aliado do partido no nível nacional, apareceu na coligação peessedebista em 1994 e 1998, seguindo os ditames dos alinhamentos partidários nacionais.</p> <p>- As disputas eleitorais, nesse tempo de hegemonia tassistas, eram amplamente favoráveis ao PSDB, tanto nas eleições para o Governo do Estado quanto para os cargos proporcionais. O PMDB, apesar de apresentar constantemente candidaturas de oposição, era um partido que paulatinamente se enfraquecia, abrindo espaço para uma oposição mais articulada: o PT. No entanto, de 1986 a 1998, o partido, apesar de progredir em termos eleitorais, não fez frente ao poderio peessedebista no estado. Até aquele momento, o PT apresentava a terceira candidatura mais competitiva nas disputas estaduais, tendo como seu principal apoiador o PSB.</p> <p>- Assim, ainda que reproduzisse a polarização PT-PSDB estabelecida nas disputas presidenciais e representada pelos altos índices de presidencialização apontados no período, o PT somente foi polarizar a disputa em 2002. É a partir dessas eleições que começa uma nova dinâmica eleitoral no estado. O PMDB perde o posto de partido de oposição mais competitivo para o PT, que, aliado a outros partidos de esquerda, e ao PL (replicando a aliança estabelecida nacionalmente), conseguiu tornar o pleito mais concorrido, levando-o para o segundo turno, mas foi derrotado por uma pequena margem de votos. Isso indicava que o tassistismo estava se diluindo no estado, assim como a unidade do PSDB. Isso iria se consolidar em 2006, com a derrota do partido e a vitória do PSB, apoiado por uma aliança com PMDB e PT, além de PC do B.</p> <p>- Nos pleitos de 2002, 2006 e 2010, as eleições para governador passaram a replicar, quase integralmente, a dinâmica que se configurou no pleito presidencial, considerando os apoios informais recebidos pela candidatura de Lula, do PSB e do PMDB, diante das restrições da verticalização imposta pela Justiça eleitoral. Em 2006, a cabeça de chapa ficou com o PSB e o vice com o PT. Em 2010, a disputa foi semelhante, colocando, de um lado, a candidatura do PSDB-DEM e de outro, a coligação PSB-PMDB-PT e demais partidos aliados. Se, antes de 2002, a força do tassistismo impediu o avanço da força oposicionista no estado, depois disso, os partidos à esquerda (PT e PSB) ampliaram sua força eleitoral e conseguiram fazer frente ao PSDB estadual, em meio às vitórias do PT nas eleições presidenciais (2002, 2006 e 2010).</p> <p>- Apesar do grau de contínuo alinhamento das disputas eleitorais estaduais com as disputas, na arena governamental, os governadores tenderam a formar gabinetes com poucos partidos, principalmente até 2006. Além disso, na maioria das vezes, não seguiram os alinhamentos nacionais para compor governos, tendência essa observada em todos os governos.</p> <p>- No primeiro governo Tasso Jereissati (1987-1991), somente um dos três gabinetes contou com um partido aliado, o PDT. A presença desse partido foi constante até 2006, sendo aquele o aliado que mais recebeu pastas de primeiro escalão dos governos peessedebistas. A aliança PSDB-PDT, no entanto, não teve nenhuma ocorrência durante o governo Fernando Henrique Cardoso. A distribuição de cargos seguiu mais os interesses políticos dos governadores, que tenderam a concentrar as pastas no seu partido. Na maioria das vezes, essa distribuição para os partidos não garantiu a obtenção de maiorias legislativas, o que indicava que outras moedas de troca (não somente a distribuição de Secretarias) foram utilizadas para obter apoio legislativo da maioria dos deputados estaduais em votações de interesse do governo.</p> <p>- Assim, os gabinetes formados seguiam muito mais os ditames da política estadual do que, propriamente, da nacional, diferentemente da arena eleitoral, a qual tinha forte influência das alianças partidárias em torno de PT e PSDB. Isso reforça a tese de que o processo de estreitamento entre as alianças nos dois níveis (federal e estadual) tende a ocorrer, fundamentalmente, na arena eleitoral, onde PT e PSDB possuem interesse no processo de coordenação de campanhas com a construção de palanques que viabilizem suas candidaturas nos estados. Já na arena governamental, preponderam os interesses das elites dirigentes estaduais, à luz dos elementos políticos contextuais.</p>
<p style="text-align: center;">Piauí</p>	<p>- O cenário político piauiense foi marcado por dois períodos: o primeiro, dominado pela polarização PFL-PMDB, de 1986 a 1998; e, o segundo, com a ascensão do PT como principal força política nas disputas estaduais, tendo como principais opositores o grupo político ligado ao PFL/DEM-PSDB. No primeiro momento, observa-se a alternância de poder entre PMDB e PFL. A cada eleição, um partido se apresentava como situação e outro como oposição, invertendo-se a cada pleito. O PT, até 1998, ainda que lançasse candidaturas oposicionistas, cumpria o papel de coadjuvante. A polarização PFL-PMDB definia as carreiras dos políticos no estado, dando pouco espaço para outros partidos.</p>

	<p>- A força legislativa do PFL e do PMDB demonstrava que, se não houvesse interferência de fatores externos (a presidencialização), os dois partidos continuariam a dominar a política estadual. Possuíam o maior número de prefeituras e deputados estaduais desde 1986 e revezavam o controle sobre o Governo do Estado. O aumento da fragmentação política no estado e o crescimento eleitoral de PT e PSDB deram condições para que o processo de coordenação eleitoral alavancasse as candidaturas estaduais das duas agremiações, a partir de 2002. A mudança política no Piauí, entretanto, levou um tempo para ser construída.</p> <p>- A capital do estado, Teresina, mostrava-se um ponto de oposição à polarização dada nos anos 1980 e 1990. O PSDB começou a construir sua hegemonia na capital em 1992, ficando fora apenas em 2010, quando o prefeito Sílvio Mendes se desincompatibilizou do cargo para poder disputar o pleito de governador. Em 2012, o partido foi eleito novamente para a Prefeitura de Teresina. Porém, somente o controle da capital não seria suficiente para alavancar a candidatura de uma outra força política ao governo estadual.</p> <p>- Em 2001, um fato novo surgiu na política estadual: a cassação do mandato de governador Mão Santa, do PMDB. Com isso, os peemedebistas não conseguiram chegar a um consenso, dividindo-se em dois grupos: um que apoiou informalmente a candidatura do PT e outro que conseguiu impor o lançamento de candidatura própria. Assim sendo, Mão Santa se engajou na candidatura petista, ampliando a capilaridade no estado da chapa petista. Sem um candidato de peso no estado, o PMDB deixou de ser a principal força de oposição PFL, abrindo espaço para o PT estadual, que, associado à candidatura presidencial do seu partido, obteve a vitória ainda no primeiro turno, tornando-se o primeiro governador petista do Nordeste. Somando-se as duas ondas – Lula e Wellington – a lógica de disputas estaduais passou por uma profunda transformação no estado em 2002, tornando o PT um ator relevante no cenário político estadual. Essa alteração no quadro político estadual ocorreu no momento em que as candidaturas estaduais se conectaram claramente com as presidenciais.</p> <p>- Se 1998 foi marcado por uma disputa que obedecia, em grande medida, aos ditames da política estadual, com a aliança PSDB-PT, os anos 2000 trouxeram a presidencialização a um patamar mais elevado, com picos nas eleições de 2002 e 2010. Além da ascensão do PT no estado, em 2002, a intervenção da cúpula nacional do PSDB na estratégia eleitoral do PSDB estadual, colocou o partido definitivamente ao lado do PFL-DEM e, por consequência, em oposição ao PT e ao PMDB. É por isso que o índice de presidencialização, a partir de 2002, passou a demonstrar um padrão mais claro de alinhamento com as candidaturas presidenciais.</p> <p>- De um lado, houve a convergência de dois grupos que eram antagônicos durante a década de 1990 no estado: PFL e PSDB. Do outro, ao longo dos anos 2000, o PT passou a atrair uma série de partidos que também se alinhavam no nível nacional: PSB e PC do B, aliados históricos do partido, além de PDT, PMDB e PTB. O PMDB, apesar de ter lançado candidatos em 2002 e 2006, participava constantemente do governo estadual. No entanto, esse posicionamento não era consensual dentro do partido, que conseguia emplacar candidaturas ao Governo do Estado, inclusive, em oposição ao PT. Já o PTB somente rompeu com o governo petista no contexto eleitoral de 2010, mas se aliou ao governo reeleito, mantendo a ampla coalizão governista formada durante os governos petista de Wellington Dias de 2003 a 2010.</p> <p>- Assim, não é somente o peso legislativo de PT e PSDB que define a capacidade de presidencializar as disputas, mas a forma como os dois partidos conseguem participar de grupos políticos antagônicos no estado. Ainda que os dois partidos tenham algum peso legislativo, isso não é suficiente para impor as condições de alinhamento estadual à dinâmica nacional. A necessidade estratégica que as candidaturas estaduais têm de se ancorar nos candidatos presidenciais de PT e PSDB fazem com que os dois atores se coloquem de lados opostos. Do lado do PSDB, a imposição da cúpula nacional, impediu de vez a possibilidade de alinhamento eleitoral do partido com lideranças políticas ligadas ao PMDB e ao PT. Do lado do PT, a conquista do Governo do Estado deu suporte para o crescimento eleitoral da agremiação no estado.</p> <p>- É possível dividir a arena governamental em dois momentos separados pelas eleições de 2002. No primeiro momento, de 1987 a 2002, foram seis governadores de três partidos: PMDB, PFL e PPR. Nesses, os governadores seguiam os acordos estabelecidos na arena eleitoral, incluindo partidos que o apoiaram nos gabinetes governamentais.</p> <p>- A partir de 2003, assumiu Wellington Dias (2003-2006), em situação de minoria legislativa, devido à pequena bancada petista na Assembleia, incluiu o PMDB, o PDT, o PTB e o PSB, partidos que não haviam participado da coligação eleitoral petista e que contaram com cargos de primeiro escalão em troca do apoio legislativo. Ainda que a presidencialização eleitoral tivesse se apresentado forte a partir de 2002, principalmente por conta dos condicionantes externos, na arena governamental os acordos estabelecidos pelo governador tenderam a ampliar o número de partidos, tendo em vista a obtenção de maior apoio legislativo. No segundo governo petista (2007-2010), novamente o PMDB, que continuava rachado, participou dos gabinetes de Wellington Dias assim como no primeiro governo. Contudo, PSB e PTB e PC do B, que haviam participado da coligação, foram contemplados com Secretarias. Apesar da maior conexão entre a coligação e a coalizão nesse governo do que no período anterior, os gabinetes continuaram contemplando partidos não aliados ao governo estadual, como o DEM e o PSDB. Ainda que não se configurasse em um apoio formal dos partidos, esse fato mostra que o custo de contemplar filiados a partidos opositores na arena de governo não é tão alto, pois as prerrogativas de nomeação e exoneração de secretários são exclusivas do chefe do Executivo. Logo, é possível afirmar que, apesar da maior presidencialização eleitoral, principalmente nos anos 2000, os acordos políticos contextuais existem, com alguma força, na arena governamental.</p> <p>- Enfim, o subsistema político piauiense tem se mostrado conectado com a lógica de alianças partidárias estabelecidas nacionalmente pelos partidos. Ainda que existam particularidades do caso piauiense, não há uma desconexão entre os dois níveis (federal e estadual) como previa a tese da “racionalidade política contextual”. As estratégias eleitorais estaduais tendem a ser impactadas pela coordenação eleitoral das candidaturas presidenciais de PT e PSDB condicionando o relacionamento entre os partidos.</p>
Rondônia	<p>- No cenário político estadual, houve constante mudança na elite dirigente estadual. Com exceção do pleito de 2006, os demais aqui analisados foram baseados em uma conjuntura de mudança.</p> <p>- Durante a década de 1980, houve a polarização entre PMDB e PDS-PFL, embora no subsistema político estadual já havia a emergência de outros atores políticos, que já se colocavam como possíveis alternativas aos grupos de Teixeira e Santana nos primeiros anos de existência do estado de Rondônia. Dentre esses partidos, destacam-se o PDT e o PT. Nenhum desses se tornou protagonista no cenário político rondoniense, mas apontavam para uma clara dispersão do poder que se iniciou com o esfacelamento dos grupos que se concentravam em torno do PDS-PFL e do PMDB.</p> <p>- O PDT e o PT, apesar de serem partidos à esquerda no espectro ideológico, tiveram diferenças na forma de se associarem a outros partidos no estado. O PDT foi um partido mais flexível nas alianças, formando coligações dos tipos mais variados possíveis. Já o PT foi um partido mais fechado em suas alianças. Até o pleito de 1994, o partido nunca havia se coligado, lançando candidaturas “puras”, sem aliados formais. Em 1998 e 2006, coligou-se ao PC do B, aliado recorrente em outros</p>

	<p>estados, abrindo o leque de alianças para outros partidos, como o PV, o PRTB e o PSC. Em 2010, o PC do B se coligou ao PMDB e o PT montou uma coligação com somente um aliado: o PSB. Diferentemente de outros estados, o PSB não se aliava constantemente ao PT. Assim sendo, os partidos de esquerda em Rondônia têm tido pequeno espaço no cenário político estadual, devido à melhor organização de políticos ligados aos partidos localizados ao centro e à direita do espectro ideológico.</p> <p>- O PMDB tem sido o partido com maior preponderância no estado de Rondônia, apesar de oscilações durante o período. Foi vitorioso em 1986, 1994 e 2010, sob diferentes lideranças. Durante a década de 1980, o partido foi liderado por Jerônimo Santana, político tradicional desde os tempos do MDB, quando Rondônia ainda era Território Federal. Posteriormente, Raupp, que disputou as eleições de 1990, passou a ser uma liderança importante do PMDB, sendo eleito governador em 1994 e senador em 2002 e reeleito em 2010. É também uma liderança nacional importante do partido. No pleito de 2010, Confúcio Moura, alinhado a Raupp, foi eleito governador, sendo reconduzido ao cargo em 2014.</p> <p>- O PDS (PPR e PPB) e PFL foram aliados nos anos 1980, mas se afastaram ao longo dos anos 1990 e 2000. Isso limitou a consolidação do PFL no estado de Rondônia, quando o mesmo teve o governador eleito em 1998. No entanto, o partido não era amparado por uma ampla coligação, nem mesmo quando se recandidatou em 2002. O partido também não conseguiu replicar a coligação nacional estabelecida com o PSDB, disputando e perdendo as eleições de 2002 para o peessedebista Ivo Cassol.</p> <p>- O PSDB, apesar da vitória em 2002, nunca foi protagonista no cenário político estadual rondoniense. Isso se observa pelo fraco vínculo que o governador eleito tinha em relação ao partido, migrando, pouco tempo depois, para o PPS. Todavia, o partido é mais um dos atores políticos coadjuvantes que compõem o intrincado cenário político rondoniense, fortemente fragmentado politicamente.</p> <p>Dessa forma, as particularidades internas ao subsistema político rondoniense limitaram o processo de replicação das alianças nacionais no estado. As candidaturas presidenciais do PSDB tinham que se adaptar à realidade local para poder alinhar suas candidaturas, respeitando as especificidades políticas do estado. Esse era um problema que não ocorria com o PT, que costuma manter candidaturas no estado.</p> <p>- Nas eleições de 2006 e 2010, o índice apresentou crescimento, chegando a patamares com nível significativo de presidencialização. Em 2006, foi de 0,65 e, em 2010, de 0,75. O índice apresentou crescimento devido ao retorno da candidatura do PT com mais força política (a exemplo, principalmente, de 2006) e de seu alinhamento aos aliados nacionais: PC do B e/ou PSB. Além disso, o PSDB se apresentou nas eleições: ora coligado, ora com candidato próprio.</p> <p>- Porém, a presidencialização eleitoral tem limites no estado de Rondônia devido aos seguintes fatores: à limitada força política do PSDB no estado e à dificuldade de alinhamento entre PSDB e PFL; à grande fragmentação política em torno de uma série de lideranças com poder de interferência na formação de alianças eleitoral; além da força do PMDB, que, apesar das oscilações ao longo do período, tem papel fundamental no subsistema político rondoniense, sendo ora um dos condutores da oposição, ora da situação. Assim, a coordenação eleitoral das candidaturas realizada por PT e PSDB não ocorre de forma automática, a partir das candidaturas estaduais encabeçadas pelos seus partidos, mas se orientam à luz da movimentação das lideranças políticas estaduais em torno das alianças que obedecem, fortemente, a fatores conjunturais no estado de Rondônia. Assim, a tese de Lima Júnior (1983, 1997) tem validade para explicar o caso de Rondônia. O contexto político rondoniense é desfavorável para a presidencialização, pois possui pouco peso eleitoral no pleito presidencial, pouca força política de PT e, principalmente, do PSDB, apresentando um PMDB estadual forte. Assim, as disputas eleitorais tenderam a ser fortemente contextuais, ainda que a presidencialização tenha ocorrido, em algum grau, nos últimos pleitos analisados (2006 e 2010), principalmente pelo lançamento de candidaturas pelo PT estadual. Na arena governamental, a tese de Lima Júnior é ainda mais forte, pois os constrangimentos impostos pelas candidaturas presidenciais de PT e PSDB, na arena eleitoral, deixam de existir, imperando somente o interesse da elite dirigente estadual.</p> <p>- A presidencialização eleitoral cresceu nas eleições de 2006 e 2010. No entanto, a alternância dos governos, ao longo do tempo, e a influência da polarização da década de 1980 no cenário político rondoniense da década de 1990 criou restrições ao crescimento de PT e PSDB no estado. Dos partidos que estiveram à frente do Governo do Estado desde a fundação do estado, apenas do PMDB conseguiu se manter forte, vencendo pleitos em 1986, 1994, 2010 e, mais recentemente, em 2014. Assim, a coordenação das campanhas eleitorais presidenciais em Rondônia ocorreu sob as condicionantes políticas locais, que impõem restrições à atuação de PT e PSDB no nível estadual.</p> <p>- O argumento de Lima Júnior tem validade para explicar o caso rondoniense, principalmente, até 2002. Após isso, há confluência entre as duas racionalidades políticas (a contextual e a nacional), tomando compatível a tese da presidencialização para a compreensão do processo de alinhamento das disputas estaduais aos ditames dos pleitos presidenciais, mesmo diante das particularidades do caso de Rondônia.</p>
São Paulo	<p>- O PMDB dominou o cenário político paulista durante a década de 1980 e início dos anos 1990. As eleições de 1994 marcaram o declínio do partido, a partir da derrota no pleito para governador para o PSDB, que havia surgido a partir de uma disputa interna no PMDB. Desde o pleito que elegeu Mário Covas, o PSDB não perdeu eleições para o Governo do Estado, consolidando-se como principal força política paulista, dando suporte político à agremiação nas disputas presidenciais. A partir de 1998 e, principalmente, de 2002, o PT passou a ser a maior força política de oposição ao PSDB no estado, replicando completamente a lógica de disputas presidenciais.</p> <p>- O marco político do estado de São Paulo ocorreu em 1994, com a ascensão do PSDB ao Governo do Estado e à Presidência da República. Com aquela vitória, o PMDB perderia o espaço ao centro para os peessedebistas, mantendo, como principais opositores ao Governo, o malufismo e o petismo. Todavia, ao ocupar o espaço do PMDB frente ao Governo do Estado, o PSDB também carregou seus aliados – PFL e PTB – que passaram a apoiá-lo, constantemente, em coligações e nas coalizões de governo. Esse alinhamento também foi similar ao ocorrido no nível federal, em que os dois partidos participaram das coalizões do governo Fernando Henrique Cardoso. O PFL-DEM se coligou ao PSDB nas eleições de 1994, 2002, 2006 e 2010 e o PTB, nos pleitos de 1998 e 2006.</p> <p>- Além do enfraquecimento do PMDB e, conseqüentemente, do quercismo, outro fator foi importante para a consolidação do quadro de presidencialização no estado de São Paulo: o declínio do malufismo e do seu partido no estado (PDS-PPR-PPB-PP), tendo como principal marca a derrota na Prefeitura de São Paulo em 2000 para o PT. Com enfraquecimento da direita, a força oposicionista foi deslocada, definitivamente, para a esquerda, tendo como principal ator político o PT. À medida que o malufismo foi perdendo força no estado e, principalmente na capital, o PT foi crescendo como força oposicionista mais relevante no estado de São Paulo. Em 1998, o PPB ainda foi a segunda candidatura mais competitiva, acompanhado pelo PT, por pouca diferença de votos. Em 2000, o partido perdeu o controle da capital paulista para o PT. Em 2002, o PT ocupou o posto de segunda candidatura mais competitiva do estado, replicando completamente a lógica de</p>

	<p><i>disputas presidenciais. Aquele pleito marcaria a derrocada do PPB (ex-PDS e ex-PPR) e a configuração de pleitos plenamente presidencializados.</i></p> <p><i>- A polarização das disputas estaduais distinguiu, de forma mais clara, os grupos partidários em São Paulo: de um lado, PSDB e seus aliados preferenciais, DEM e também PTB (que, apesar de não ter participado da coligação do PSDB, participa, com frequência, dos governos peessedebistas desde 1995); e, do outro lado, PT e seu aliado preferencial, PC do B. Em 2002 e 2006, o índice obteve o maior patamar possível (1,0), indicando o alto grau de alinhamento das disputas estaduais às presidenciais. O estado de São Paulo apresentou, naqueles pleitos, algumas condições já evidenciadas pelos modelos testados: fraqueza do PMDB, PT e PSDB fortes e alta densidade eleitoral. O PT e o PSDB estaduais davam suporte às suas candidaturas presidenciais, tendo poucos empecilhos internos ao trabalho de coordenação eleitoral e, conseqüentemente, de composição das coligações conforme os interesses políticos das Executivos nacionais.</i></p> <p><i>- As alianças governamentais em São Paulo podem ser separadas em dois momentos, marcados pelo declínio do PMDB e ascensão do PSDB. De 1987 a 1994, as alianças governamentais predominantes se deram entre o PMDB (partido do governador) e o PFL e o PTB. A diferença ocorrida, dentro dos governos do PMDB, é que, no governo Quéricia, somente com os cargos distribuídos nos gabinetes o governador conseguia obter apoio legislativo superior a 50%. Com as eleições de 1990, houve a ampliação da fragmentação partidária na Assembleia Legislativa se comparado ao pleito de 1986 (o NEP passou de 3,81 para 7,29) e o PMDB, que possuía 37 cadeiras, passou a ter 19. Logo, manter os mesmos aliados do governo anterior não bastaria para conseguir a maioria legislativa. O governador Fleury, com a distribuição de cargos realizada, não obteve o apoio de mais de 50% do legislativo estadual.</i></p> <p><i>- Nos governos peessedebistas, dos 14 gabinetes (incluindo o gabinete formado por Cláudio Lembro, do PFL), apenas um (José Serra 2, em 2009) obteve o apoio de partidos, passando a deter a maioria legislativa. Assim, governadores no estado de São Paulo não têm utilizado a distribuição de cargos de primeiro escalão como forma de obter apoio de maioria no Legislativo. Massonetto (2014), analisando os governos paulistas de 1995 a 2010, constatou que, apesar do apoio minoritário obtido a partir da distribuição de cargos no gabinete, os governadores conseguiam aprovar sua agenda devido a outros recursos utilizados, como pork barrels.</i></p> <p><i>- O estreitamento reforçado entre o PFL-DEM e o PSDB, principalmente, a partir das eleições de 2002, ocorria paralelamente à movimentação dos partidos no cenário nacional, evidenciando que a tese de Lima Júnior (1983;1997) não se confirmava no caso paulista. PSDB e PFL utilizavam o estado de São Paulo como principal base de sustentação política de seus partidos. O PFL havia se aproximado do PSDB, em prol da eleição de Fernando Henrique Cardoso, participando, posteriormente, das coalizões de governo no nível federal. Já nos anos 2000, o PFL sofreu uma perda substancial de espaço político, fundamentalmente, no seu principal lócus de atuação política – o Nordeste – passando a ter a aliança com o PSDB em São Paulo como estratégica para sua sobrevivência política. Nesse sentido, nota-se que a racionalidade política dos atores políticos peessedebistas e do pefelistas foi fortemente afetada pela dinâmica de alianças partidárias nacional. Isso é explicado, em grande medida, por São Paulo ser o estado de maior densidade eleitoral do país e por ser a principal base política do PSDB.</i></p> <p><i>- Nota-se, também, que mesmo quando o PTB passou a ocupar cargos de primeiro escalão durante o primeiro governo Lula, o partido se manteve fiel à aliança com o PSDB em São Paulo. A tese da presidencialização no estado, nesse caso, apesar de ter grande poder explicativo sobre a dinâmica de competição eleitoral estadual, permite abertura para que a racionalidade política dos atores políticos estaduais siga também a lógica própria da política estadual quando preciso. Isso ocorreu, pois, diferentemente do caso nacional, em São Paulo, o PSDB continuou a ser governo em 2003, mantendo, dessa maneira, o PTB como aliado do governo estadual.</i></p> <p><i>- É possível concluir que os alinhamentos partidários estabelecidos por PSDB e PT seguem, em grande medida, aqueles realizados no nível nacional. Além disso, a força política de ambos os partidos garante alto grau de alinhamento entre as disputas, principalmente a partir de 2002. Mesmo com a alta fragmentação partidária, os partidos têm poucos aliados preferenciais e, mesmo o PSDB, que formou governos estaduais, destinou pastas a poucos partidos, concentrando as nomeações de aliados para o PFL-DEM e o PTB. De tal modo, o PSDB abriu mão de formar maiorias com distribuição de cargos no gabinete para compor alianças partidárias que condiziam com as estratégias políticas nacionais do partido. Igualmente, os governadores peessedebistas optaram por formar coalizões minoritárias a ter que distribuir cargos para partidos não-aliados no nível nacional, com partidos de esquerda e centro-esquerda. São as estratégias nacionais dos partidos, portanto, que criaram incentivos para que a disputa política no estado seja presidencializada, tanto na arena eleitoral quanto na governamental.</i></p>
--	---

Em linhas gerais, os achados desta pesquisa apontam para duas conclusões. A primeira, para um entrelaçamento entre as dinâmicas eleitorais presidencial e estadual, levando ao processo de “presidencialização” da competição eleitoral, a partir de 1994, diante da estratégia de coordenação de candidaturas por PT e PSDB. Com isso, a tese de Lima Júnior não seria suficiente para explicar a dinâmica dos subsistemas partidários, que deveriam obedecer, seguindo seu argumento, às racionalidades puramente contextuais.

A segunda conclusão geral desta pesquisa é que, no governo, as alianças partidárias – verificadas a partir da inclusão de partidos no gabinete – tendem a ser impactadas por diversas variáveis destacadas pela literatura. Primeiramente, as coligações eleitorais têm poder de influência sobre a formação das coalizões de governo, o que pode contemplar, por consequência, a arranjos partidários presidencializados. Segundo, os acordos partidários no governo podem ser definidos, também, a partir da conquista de apoio legislativo, o que indica a importância da tese do “presidencialismo de coalizão” aplicada aos estados. No entanto, na forma como essa tese originalmente foi pensada, ela não foi capaz de explicar a existência de coalizões minoritárias, como em São Paulo, em que o governador não obteve a maioria do apoio na Assembleia somente com distribuição de Secretarias. Dessa maneira, evidencia-se a importância de se analisar outros cargos e políticas podem ser utilizados pelo Executivo como moedas de troca junto aos parlamentares para a obtenção de apoio junto ao Legislativo. Por

fim, em consonância com a tese de Lima Júnior, o elemento contextual tende a aparecer nas alianças de governo para explicar o relacionamento particular entre os partidos nos subsistemas políticos estaduais.

Quanto ao último ponto, é possível afirmar que os governadores possuem menos constrangimentos da cúpula nacional do partido para nomear os secretários a partir dos seus interesses. Ademais, como centro de gravidade da política estadual, o governador tem maior autonomia e poder para distribuir cargos para filiados a partidos que não necessariamente são aliados ao seu partido, isto é, seguindo acordos políticos contextuais.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, O. E. do. **A estrela não é mais vermelha**. São Paulo: Ed. Garçon, 2003.
- BIZZARRO-NETO, F. A. A. **PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas Campinas, 2013.
- BRAGA, M. do S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2006.
- CORTEZ, R. **Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro (1989-2006)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- _____. Estratégias partidárias e eleições presidenciais no sistema político brasileiro (1989-2006). **Revista Liberdade e Cidadania**, ano II, n. 7, p. 1-22, jan./mar. 2010.
- COX, G. W. Electoral rules and electoral coordination. **Annual Review of Political Science**, vol. 2, p. 145–161, 1999.
- _____. **Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems**. Cambridge Univ. Press, 1997.
- DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- ECHEGARAY, F. Eleições no Brasil: a caminho de um sistema político moderno. **Política & Sociedade**, n. 10, p. 13-24, abr. 2007.
- FARRELL, D. **Electoral Systems: a comparative introduction**. New York: Palgrave Macmillan, 2001.
- FERREIRA, D. P. **PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)**. Goiânia: Alternativa, 2002.
- GOLDER, S. N. **The logic of pre-electoral coalition formation**. Columbus: Ohio State University Press, 2006.
- HICKEN, A.; STOLL, H. Electoral rules and the size of the prize: how political institutions shape presidential party systems. **The Journal of Politics**, vol. 70, n. 4, p. 1109-1127, out. 2008.
- KATZ, R.; MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party politics**, London/New Delhi, vol. 1, n.1, p. 5-28, 1995.
- KRAUSE, S. Coligações: o estado e os desafios da arte. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung/UNESP, 2010, p. 9-21.
- LIMA JÚNIOR, O. B. de (Org.). **O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências (1982-1994)**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- _____. **Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional: 1945/64**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- LIMONGI, F. O; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos estudos - CEBRAP**, n. 88, p. 21-37, dez. 2010.
- LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. Cleavage structures, party systems, and voter alignments: an introduction. In: LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. (eds.). **Party systems and voter alignments: cross-national perspectives**. New York: Free Press, 1967, p. 1-64.
- MACIEL, N. **Velhas raposas, novos governistas: o PMDB e a democracia brasileira**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- MAIR, P. **Party system change: approaches and interpretations**. New York: Oxford, 1997.
- MASSONETTO, A. P. **Presidencialismo estadual em São Paulo: o que une os partidos na coalizão**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas do Estado de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MELO, C. R. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, C. R.; SÁEZ, M. A. (Org.), **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 267-302.
- _____. Os partidos e as eleições presidenciais no Brasil. **Em Debate**, v.2, n.6, p. 6-11, jun. 2010.
- _____; CÂMARA, R. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, 55(1), p. 71-117, 2012.
- MENEGUELLO, R. **PT: a formação de um partido (1989-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. Alguns aspectos da lógica de coalizões partidárias. In: **Textos para Discussão CEPAL/IPEA**, Brasília, n. 8, p. 9-45, 2010.

POWER, T. J. Fernando Henrique e a "Terceira Via": Blairismo à Brasileira? In: TAVARES, J. A. G. (Org.). **O que esperar da Social-Democracia no Brasil?** Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003, p. 221-273.

RAGIN, C. **Fuzzy-Set Social Science**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

SCHNEIDER, C. Q.; WAGEMANN, C. **Set-theoretic methods for the social sciences: a guide to qualitative comparative analysis**. New York: Cambridge University Press, 2012.

_____; ROHLFING, I. Case studies nested in Fuzzy-set QCA on sufficiency: formalizing case selection and causal inference. **Sociological Methods & Research**, p. 1-43, mai. 2014.

ROMA, C. A institucionalização do PSDB entre 1988 a 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 17, n. 49, jun. 2002.

SANDES-FREITAS, V. E. V. de. **A lógica da formação de governos no estado do Piauí (1987-2007)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

_____. **Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo (1986-2010)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

_____; BIZZARRO-NETO. **Qualitative Comparative Analysis (QCA): usos, possibilidades e limites para a análise da dinâmica da competição eleitoral no Brasil pós-1994**. Paper apresentado no IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP, Brasília, 4 a 7 de agosto de 2014.

SINGER, A. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. **Novos Estudos**, n. 88, p. 89-111, nov. 2010.

SOARES, M. **Democracia, representação política e federalismo no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

VAN HOUTEN, P. Multi-Level Relations in Political Parties: a delegation approach. **Party Politics**, vol. 15, n.2, p. 137-156, 2009.

VIEIRA, S. M. **O Partido da Social Democracia Brasileira: trajetória e ideologia**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

WATTS, R. Federalism, Federal Political Systems and Federations. **Annual Review of Political Science**, vol. 1, p. 117-137, 1998.